

UNIVERSIDADE DE SOROCABA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESCOLAR

Moacir Alves de Faria

**PROFESSORES (DES) ASSOMBRADOS: a luta pela manutenção dos
direitos adquiridos, nos periódicos paulistas especializados em educação
(1902-1910)**

Sorocaba/SP

2009

Moacir Alves de Faria

PROFESSORES (DES) ASSOMBRADOS: a luta pela manutenção dos direitos adquiridos, nos periódicos paulistas especializados em educação (1902-1910)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira
Co-orientadora: Prof. Dra. Marta M. C. Carvalho

Sorocaba-SP

2009

Moacir Alves de Faria

PROFESSORES (DES) ASSOMBRADOS: a luta pela manutenção dos direitos adquiridos, nos periódicos paulistas especializados em educação (1902-1910)

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Ass. _____

Pres.:

Ass. _____

1º. Exam.:

Ass. _____

2º. Exam.:

À minha esposa Silvana e aos meus filhos Leonardo e Lívia.

AGRADECIMENTOS

À Universidade de Sorocaba, instituição que possibilitou a realização deste trabalho.

À Biblioteca do Centro do Professorado Paulista e à Biblioteca da Faculdade de Educação de São Paulo que permitiram o acesso ao acervo da *Revista de Ensino* e do Anuário do Ensino.

Às Bibliotecárias da Universidade Nove de Julho e da Universidade de Sorocaba, que permitiram acesso às bibliografias utilizadas nesta pesquisa.

Aos professores Marta Maria Chagas de Carvalho, Luiz Carlos Barreira, José Luiz Sanfelice e Jorge, os quais me ensinaram a problematizar, aprender e refletir em torno da História e Historiografia da Educação.

Aos participantes da Banca de Avaliação: professores Wilson Sandano e Ana Clara Bortoleto Nery.

Ao professor Luiz Carlos Barreira, que me orientou na finalização da pesquisa, e, especialmente, à professora Marta Maria Chagas de Carvalho que aqui figura como co-orientadora, mas que, na realidade, orientou praticamente toda a pesquisa, contribuindo de maneira grandiosa. Ambos tiveram muita paciência e compreensão quanto às minhas limitações, foram companheiros e souberam compartilhar conhecimento e generosidade.

Aos meus colegas de turma - quantos momentos preciosos, quantas crises, quantas derrotas e quantas vitórias! Valeu a pena.

À minha esposa, meus filhos, que sempre me apoiaram e souberam entender essa fase pela qual eu tinha que passar.

E, por último, aos meus amigos que sempre se interessaram em perguntar como ia a pesquisa: Adilson, Carlos Antonio, Edward, Ricardo Camargo, Mauricio, Márcio, Paula, Dimas e tantos outros.

Entregar o navio a um marinheiro que nunca navegou é insensato. Quem criou o navio foi a prática de navegação.
(João Lourenço Rodrigues)

RESUMO

O presente trabalho, vinculado à linha de pesquisa HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA: POLÍTICAS E PRÁTICAS ESCOLARES, propõe-se localizar e analisar o debate sobre a manutenção dos direitos adquiridos, das condições de trabalho e recuperação salarial do professorado público paulista presente na imprensa periódica especializada em educação, na primeira década do século XX.

Quando as novas regulamentações a respeito do ensino começam a assombrar os professores, tirando-lhes os direitos que tinham garantido por lei, saem à luta em defesa daquelas garantias, exigindo leis que lhes fizessem sombras sob as quais pudessem se abrigar dos abusos dos legisladores.

Procuramos evidenciar como esse grupo de profissionais se articulou, por meio dos artigos veiculados nos periódicos, tentando defender seus direitos. Impregnados pela ideia de que a educação era um instrumento para efetuar o progresso da República, gerou-se uma concepção da profissão docente como profissão elevada. Alegavam que o assunto relativo à legislação escolar, que para eles era também um assunto elevado, deveria ser discutido somente por quem dele entendesse.

No intuito de determinar as questões acima, analisamos os discursos veiculados na imprensa periódica, sendo que elegemos a *Revista de Ensino* como nossa principal fonte. Para alcançarmos nosso objetivo cotejaremos os dados colhidos na *Revista de Ensino* com dados colhidos nos relatórios dos inspetores do ensino, nos Anuários do Ensino do Estado de São Paulo, de 1907-1908 a 1910-1911.

Nosso recorte compreende o período entre 1902 até 1910, período em que o debate que pretendemos analisar aparece na *Revista de Ensino*.

Nossa motivação se deve ao fato de entendermos que a pesquisa traria uma importante contribuição para a História e Historiografia do período ao evidenciar como se deu a luta destes profissionais em defesa de seus direitos adquiridos.

Palavras-Chave: Associação Beneficente do Professorado Público Paulista. Imprensa Periódica. *Revista de Ensino*. Direitos Adquiridos. Condições de Trabalho. Recuperação Salarial do Professorado Público Paulista.

**(UN)SHADOWED TEACHERS: the fight for the maintenance of the acquired rights,
present in the education specialized printed media (1902-1910)**

ABSTRACT

The present work aims to analyze the debate related to the maintenance of the teachers' acquired rights in the State of São Paulo, in the first decade of the 20th century, present in the specialized printed media.

When the new teaching regulations begin to frighten teachers, taking away from them their acquired lawful rights, they start fighting on their own behalf, trying to guarantee that the law shades them, giving the needed protection to prevent legal abuses.

This study attempts to show how that group of professionals articulated through specialized printed media while demanding that education, being a high leveled matter, be dealt with by educators, who could treat it as such.

Analyzing the journal *Revista de Ensino*, published between 1902 and 1910, we seek to find evidences and understand that debate, believing this to be a contribution to the History of Education research.

Key words: Associação Beneficente do Professorado Público Paulista. Journals, Revista de Ensino, Acquired Lawful Rights. Working Conditions. São Paulo Public Teacher's Salary Recuperation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 NOSSAS FONTES: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE	15
2.1 Revista de Ensino	16
2.2 Os Anuários.....	25
3 GARANTIAS AO PROFESSORADO: A <i>Revista de Ensino</i> como Atalaia da Associação Beneficente na Luta em Defesa do Professorado.	30
3.1 Uma Concepção de Profissão Elevada.....	42
3.2 Em Busca de Garantias	51
3.3 A Luta pela Recuperação Salarial	57
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
ANEXO A - Artigo de Antonio Rodrigues Alves Pereira publicado na Revista de ensino n.º 1, ano 1, 1902, p. 19.....	74
ANEXO B - Parte do Relatório do Professor Arthur Breves apresentado à assembléia geral no ano de 1905 e publicado na Revista de Ensino n.º. 4, ano IV, de 1906.....	78
ANEXO C - Artigo de Gabriel Ortiz publicado na Revista de Ensino n.º 6, ano III, p. 513, 1904	82
ANEXO D - Capa do primeiro número da Revista de Ensino.....	85
ANEXO E - Capa do primeiro número do Anuário do Ensino.....	86

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é identificar e analisar o debate sobre a manutenção dos direitos adquiridos, das condições de trabalho e recuperação salarial do professorado público paulista, presente na imprensa periódica especializada em Educação, na primeira década do século XX. No intuito de determinar as questões acima, analisamos os discursos veiculados na *Revista de Ensino*, principal fonte de nossa investigação. Para alcançarmos esse objetivo, cotejamos os dados colhidos na Revista com dados colhidos nos relatórios dos inspetores do ensino, que constam nos *Anuários do Ensino do Estado de São Paulo*, publicados entre 1907-1908 e 1910-1911.

Assim sendo, os *Anuários do Ensino* serviram como uma fonte de apoio para nossa pesquisa, e a escolha de ambos se prendeu ao fato de eles possuírem uma grande aproximação, pois alguns dos autores que escrevem na *Revista de Ensino* são os mesmo que escrevem nos *Anuários do Ensino*.

A *Revista de Ensino* começa a ser publicada em 1902 e vai até 1918, com algumas interrupções. De 1902 até 1904 sua publicação foi subsidiada pelo Governo do Estado de São Paulo, pois era impressa na tipografia do Diário Oficial. De 1905 a 1910 foi publicada pela Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, e foi nesse período que sofreu interrupções. De 1911 a 1919 passou a ser uma espécie de complemento dos *Anuários do Ensino*, e o Governo do Estado reassume a responsabilidade pela sua publicação.

O *Anuário do Ensino* é uma publicação organizada pela então Inspeção Geral da Instrução Pública¹ e custeada pelo poder público. Sua publicação inicia-se no ano de 1908, porém, referente ao ano de 1907, e vai até 1938. Cada número traz um relatório da Diretoria Geral, contendo informações sobre o Estado e o desenvolvimento da instrução pública, os relatórios dos inspetores escolares, dos quais depreende os trabalhos realizados, bem como a sugestão de medidas a serem postas em prática para a melhoria do ensino. No final de cada edição, há uma série de mapas estatísticos sobre o movimento escolar.

A *Revista de Ensino* e os *Anuários do Ensino* do período constituíram, assim, o nosso corpus documental de análise, sendo que a Revista foi a principal fonte, e os *Anuários* foram utilizados para complementar informações. Esse corpus foi ampliado com o levantamento e

¹ A partir de 1910, a Inspeção passou por reformas e teve seu nome alterado para Diretoria Geral da Instrução Pública.

análise de outras fontes, como leis, regulamentos, jornais etc., sempre que as questões que surgiram em função da análise do material assim o exigiram.

Ao escolhermos a primeira década do século XX como nosso recorte temporal, julgamos necessário tecer algumas argumentações para justificar os critérios de nossa periodização.

Conforme já dito, elegemos a *Revista de Ensino* como principal fonte, assim sendo uma questão a ser considerada é que o assunto que estamos analisando deixa de ser tratado nessa publicação a partir de 1910.

Como pode ser observado no quadro da página 29, neste trabalho, o artigo de Costa Braga, publicado na *Revista de Ensino* (1909b, p. 25), foi o último texto que localizamos tratando do debate sobre a manutenção dos direitos adquiridos, das condições de trabalho e da recuperação salarial do professorado público paulista.

A partir de 1911, a *Revista de Ensino* passa à tutela da Diretoria Geral do Ensino Público, tornando-se complemento dos Anuários, mudando, assim, a sua natureza.

Como será mostrado adiante, a partir desse momento, em que a *Revista de Ensino* fica sob a tutela da Diretoria Geral da Instrução Pública, ela passa a ser quase uma continuação daquilo que havia sido em princípio, deixando de fora quaisquer questões que não visem o papel educativo próprio da classe que representa. Faz circular somente assuntos de interesse geral dentro da circunscrição de sua especialidade.

Bastará uma simples observação nos números publicados a partir de então, para se perceber que os assuntos excluídos foram justamente os que discutem as questões que estamos analisando, sobre a manutenção dos direitos adquiridos, condições de trabalho do professor, recuperações salariais e garantias ao professorado público paulista. Face ao exposto o recorte temporal da pesquisa contemplou o período compreendido entre 1902 e 1910, que corresponde às duas primeiras fases de vida da *Revista de Ensino*, apontadas por Catani (2003)², e ao período em que o debate que estamos analisando aparece no referido periódico. O termo “imprensa periódica especializada em educação”, adotado neste trabalho, foi também utilizado por Denice Bárbara Catani em sua tese de doutorado intitulada *Educadores à meia-luz*”, defendida em 1989, e publicada em 2003, tese essa em que a autora realizou um estudo sobre a *Revista de Ensino* da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo.

² Denice B. Catani apresenta a “Revista de Ensino” dividida em três fases: a primeira vai de 1902 a 1904, quando é subvencionada pelo Estado; a segunda, de 1905 a 1910, sem a subvenção do Estado e a terceira, de 1911 a 1918, quando a Diretoria Geral da Instrução Pública assume a responsabilidade por sua publicação e o Estado volta a subvencioná-la.

O trabalho de Catani teve como objetivo examinar a história do investimento dos professores paulistas enquanto profissionais, no trabalho de organização e delimitação do espaço destinado ao debate de questões relativas ao ensino, nas duas primeiras décadas do século XX. Ele traz uma considerável contribuição para a compreensão das características da argumentação tecida sobre as questões fundamentais do período. Nele, estudou, também, a atuação da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, no que se refere à representação e defesa do professorado. No Capítulo 3 de sua dissertação, a autora fala, entre outras coisas, das condições de trabalho dos professores, apresentando um assunto que nos levou à inspiração para o desenvolvimento de nosso tema.

Nesse trabalho, Catani diz que a *Revista de Ensino*

[...] propunha-se a discutir questões gerais às quais o professorado não poderia estar alheio, estabelecer um debate que lhe permitisse intervir na feitura das leis, fornecer material para o trabalho pedagógico, orientar a prática desse trabalho, divulgar críticas e notícias sobre obras didáticas, além de informar sobre a ocorrência de eventos no âmbito do sistema de ensino e sobre as medidas oficiais. (CATANI, 2003, p. 73 e 93)

A Revista tinha, pois, a pretensão de servir como instrumento de orientação ao professorado, de defensora de seus direitos e de espaço de discussões especificamente pedagógicas.

Outro trabalho que trouxe importantes subsídios para esta pesquisa, e que é fundamental para o desenvolvimento de nossa Dissertação foi a Tese de doutoramento de Iliáda Pires da Silva, sobre a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, órgão responsável pela *Revista de Ensino*. A Tese foi publicada em 2004 e se propõe recompor a gênese e o desenvolvimento do grupo de profissionais que constituiu a Associação, enfatizando seu investimento na construção de uma identidade profissional. Buscou identificar o perfil do grupo fundador que administrou a Associação e dirigiu seu periódico, na primeira década do século XX.

Neste trabalho buscamos apoio em muitas informações e análises sobre o tema, presentes nos trabalhos de Silva (2004) e de Catani (2003), acima referidos, além de recorrermos à bibliografia sobre história da educação paulista no período estudado, apoiando-nos em estudos como os de Carvalho (2003), Souza (1997), Marcílio (2005), Reis Filho (1995) e Tanuri (1979), entre outros.

Nessa bibliografia, destacamos, também, os livros de Azevedo (1958), *A cultura brasileira*; Rodrigues (1930), *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do*

ensino público em São Paulo; e a Polianthéia comemorativa do primeiro centenário do Ensino Normal em São Paulo, organizada por Salvador Rocco (1946).

Também buscamos apoio em bibliografia sobre imprensa e práticas culturais, como Martins (2001), com destaque para trabalhos sobre a imprensa pedagógica, como os de Novoa (1997), Caspard (1997), Vilela (2001), Nery (1994), Carvalho (2003, 2007, 2008), Carvalho e Toledo (2000), Carvalho e Biccás (2000), Catani e Lima (1997), Catani, Vicentini, Lugli e Lima (1997), Toledo (2001), Dantas (2001), Biccás (2001), entre outros.

É importante destacar, ainda, a bibliografia sobre cultura escolar, cuja leitura foi muito importante para entendermos a relação entre o conceito de profissão que tinham esses profissionais e o entendimento de que só eles seriam capazes de fabricar leis adequadas ao ensino público. Destacamos os artigos de Viñao Frago (2003) e Julia (2001).

Esse rol de textos foi complementado por leituras destinadas a subsidiar teórica e metodologicamente a investigação, como Vieira, Peixoto e Khoury (1989), Le Goff (1996) e Thompson (1981).

Segundo Vieira, Peixoto e Khoury (1989, p. 27), “o pesquisador pensa o objeto, mas as fontes são quem o evidencia, por isso é necessário um diálogo entre o pensamento do pesquisador e as evidências”. Assim, analisaremos os impressos, tomando-os como fontes e tentando organizar um conjunto de ideias por meio desse diálogo, pois, segundo Thompson (1981, p. 50), “é necessário dialogar com as fontes”.

A análise foi conduzida de modo a fazer com que os registros evidenciassem nosso objeto de pesquisa, “o discurso que manifesta a luta pela manutenção dos direitos adquiridos” que circulava na imprensa periódica paulista do período.

Dessa forma, construindo nosso diálogo com as fontes, as análises que fizemos foram norteadas por um conjunto de questões. A primeira delas teve como objetivo determinar se os discursos que circularam nas duas publicações analisadas são complementares, semelhantes ou antagonicos. Essa pergunta inicial trouxe à cena uma outra, fundamental: quem fala nos periódicos analisados? Essa questão, central, foi atravessada por muitas outras: seriam diversos e contrastantes os discursos que manifestam a luta pela manutenção dos direitos adquiridos, que circulavam na imprensa periódica analisada, ou tais discursos se assemelham, compondo um único discurso? Quais seriam as zonas de consenso? Há temas em torno dos quais há maior grau de divergência? Há grupos ou pessoas em antagonismo? Tal antagonismo, se existente, atravessa todo o período de circulação dos periódicos ou há flutuações e redefinições de posições ou dos termos do debate? É possível distinguir períodos a partir de critérios como maior ou menor recorrência de um determinado tema?

As respostas a essas questões estiveram interessadas pela determinação dos “lugares” de onde falam as vozes que põem em circulação as discussões sobre a manutenção dos direitos dos professores, valorização de sua profissão e melhoria de sua condição de trabalho, veiculadas nos periódicos analisados.

Será também importante analisar o discurso veiculado nas publicações analisadas, valendo-nos da concepção de discurso de Michel Foucault, que, segundo Le Goff (1996, p. 546) fala do discurso como "massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto" Desse modo, tentaremos trazer a questão enunciada por Foucault em a Ordem do Discurso (2004), para o âmbito do nosso questionário de investigação, como propõe Chartier (1996).

Os resultados das análises que fizemos do(s) discurso(s) veiculado(s) nos periódicos selecionados foram agrupados e apresentados em dois capítulos:

- **Nossas Fontes: Uma Breve Caracterização e Análise.** Essa análise teve como objetivo compreender as fontes da pesquisa no contexto em que foram produzidas, tentando dar ao leitor maior visibilidade, no que se refere à materialidade dos periódicos selecionados.

- **Garantias ao Professorado: A Revista de Ensino Como Atalaia da Associação Beneficente na Luta em Defesa do Professorado.** Nesse capítulo, realizamos a análise dos debates sobre o tema, buscando evidenciar de que maneira a Associação Beneficente do Professorado Público Paulista tentou defender os professores daquilo que eles chamam de “ações desastradas dos legisladores”. Procurando resgatar a dignidade perdida dos professores por meio da *Revista de Ensino*, a qual se constitui sua atalaia, colocando-se na brecha da lei, vai travando uma batalha em defesa dos interesses dos professores na busca da restauração da fé no papel do professor para a manutenção da República.

2 NOSSAS FONTES: UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE

Devido às características de nossa pesquisa, pensando nos cuidados que requerem nossas fontes e para não incorrer em anacronismo, decidimos analisá-las brevemente a fim de compreendê-las no contexto em que foram produzidas, para não correr o risco de desconsiderar as condições de sua produção, pois surgiram no bojo de uma política educacional que não pode ser desprezada.

Entendemos que o sucesso ou fracasso de uma pesquisa dependerá, em parte, da escolha dos materiais a serem analisados. No caso de nossas fontes primárias, há não só uma relação temporal, por terem sido produzidas no recorte em que pretendemos trabalhar, mas também de natureza, pois os sujeitos responsáveis pela produção da *Revista de Ensino* e dos *Anuários do Ensino* possuíam certa afinidade quanto aos objetivos que proclamavam. Ambos eram profissionais do ensino interessados na organização da instrução pública, a respeito da qual alimentavam a crença de que promoveria o progresso da República.

Até 1910, a Revista foi organizada e publicada por um grupo de professores que faziam parte da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, e os *Anuários*, que começam a ser publicados em 1908, foram organizados por um grupo de professores que constituem a Inspeção Geral da Instrução Pública, que foi reformada em 1910, passando a chamar-se Diretoria Geral da Instrução Pública. A partir de 1911, a Diretoria Geral da Instrução Pública assumiu a organização e publicação da Revista que desde então se tornou complemento do Anuário.

Por terem sido produzidos por professores contemporâneos e com ideais afins, a Revista e os *Anuários* comportam certa semelhança, principalmente quanto aos objetivos de se tornarem um repositório de doutrinas e modelos a serem seguidos pelos professores de seu tempo. Outra semelhança está no fato de proporem mudanças e reformas no sistema de ensino, que, no entender de seus organizadores, contribuiriam para melhorar a instrução pública.

Chama a atenção, como se verá a seguir, o fato de que alguns dos que escreveram na revista, como os inspetores de ensino, por exemplo, foram os mesmos que escreveram nos anuários. Os inspetores tiveram uma representação de peso na fundação da Associação Beneficente e na sua gestão na primeira década de sua existência.

Uma outra coisa que chama a atenção é que os inspetores do ensino enviavam à redação da Revista cópias dos relatórios apresentados ao Secretário do Interior – “Acusamos o recebimento dos relatórios apresentados ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do interior, Srs. Emilio Mario Arantes e Pelopidas³ de Toledo Ramos”.(REVISTA DE ENSINO, 1902a)

Isto mostra que havia uma relação estreita entre o grupo de professores que representavam a *Revista de Ensino* e os que representavam os inspetores.

Estes fatos justificam a escolha de nossas fontes e o porquê de entendermos que elas se complementam, dado que fornecem os materiais para a consecução dos objetivos da pesquisa.

2.1 Revista de Ensino⁴

Conforme Catani (2003, p. 42), a *Revista de Ensino* começou a ser editada em 1902, por iniciativa de um grupo de professores e profissionais ligados à educação, que formavam a Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, fundada em 27 de janeiro de 1901. A Associação teria a pretensão de reunir todos os membros do magistério público do Estado. No início teve como presidente Fernando M. Bonilha Junior; Joaquim Luiz de Brito como tesoureiro e Gabriel Ortiz como primeiro secretário. Propunha-se defender e cuidar dos interesses da classe. Em sua tese, Catani salienta, conforme pretensão dos idealizadores da Revista, cujo primeiro número foi publicado em abril de 1902, que ela tinha o status de “órgão consagrado aos interesses da instrução e da defesa do professorado”, esboçando uma luta por melhores condições da instrução pública.

No editorial da edição do primeiro número de 1904, parece estar confirmado a pretensão dos idealizadores do periódico de que a Revista tivesse esse caráter.

Na qualidade de órgão consagrado aos interesses da instrução popular e aos diretos daqueles que a ministram, mourejando na escola, a nossa “Revista”, analisando e discutindo os assuntos que directa ou indirectamente se referem ao ensino público e á classe que o representa, tem procurado fazel-o, mantendo-se sempre dentro dos limites da sua esphera de acção, não se desviando uma só linha do programa traçado, desde a primeira phase da sua publicação. (REVISTA DE ENSINO, 1904c, p. 3)

³ Creemos que o nome “Pelopidas”, trazido na referência como inspetor, constitui um equívoco da redação da Revista, pois não o encontramos no quadro apresentado na página 20; acreditamos, assim, tratar-se de Leônidas de Toledo Ramos

⁴ Consta como anexo D uma imagem da capa do primeiro n.º da Revista de Ensino para que o leitor possa ter uma idéia de sua constituição.

Segundo o estatuto da Associação Art. 31⁵, a Revista seria custeada pela entidade, mas, conforme o editorial do primeiro número, contou com o apoio material da Secretaria do Interior e foi impressa na tipografia do Diário Oficial.

Ana Luiza Martins (2001), em seu trabalho intitulado *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República*, parece concordar com Denice Catani, ao relatar que a Revista trazia uma proposta formadora aparentando um modo de facilitar a tarefa dos mestres, divulgando os melhores métodos de ensino tendo a pretensão de colaborar para a elevação do ensino público, com sua uniformização e sistematização.

Conforme consta em Martins (2001, p. 305), o corpo redator era estreitamente ligado à rede oficial de ensino, constituía-se de professores normalistas, e alguns deles eram remanescentes de sua precedente, A Eschola Pública, tais como, Arnaldo de Oliveira Barreto, redator-chefe e Romão Puiggari, redator-secretário. Como redatores efetivos João Chrisóstomo B. dos Reis Junior, então inspetor Geral do Ensino Público em São Paulo, Joaquim Luiz de Brito, João Pinto e Silva, João Lourenço Rodrigues, Alfredo Bresser da Silveira, Emílio Mário Arantes e Ramom Roca Dordal.

Na divisão interna, a Revista apresentava as seguintes seções que eram fixas:

- I. Questões Gerais, compreendendo o desenvolvimento de teses sobre assuntos pedagógicos, que a Associação fornecer;
- II. Pedagogia prática;
- III. Literatura Infantil - Contos infantis e seleção de poesias, diálogos e pequenas comédias para recitação;
- IV. Crítica sobre trabalhos escolares;
- V. Hinos Escolares;
- VI. Movimentos Associativos;
- VII. Atos oficiais;
- VIII. Notícias e Anúncios.

Segundo Catani (2003, p. 73), com essa organização, a Revista pretendia discutir questões gerais de interesse da classe, estabelecer debates com o intuito de interferir na feitura das leis, fornecer material para o trabalho pedagógico, orientar práticas docentes, criticar

⁵ Na Revista de Ensino n.º 1, ano 1 está publicado o estatuto da Associação de onde extraímos a informação.

obras didáticas, divulgar eventos e medidas oficiais. Pretendia, portanto, retraduzir as principais tendências sobre o ensino. Na seção Pedagogia e Prática, que tinha a finalidade de auxiliar os professores, divulgava métodos e processos de ensino, exemplos de aulas a serem reproduzidos, o que dava a essa seção uma função prática de orientação para o trabalho pedagógico pela apresentação de um modelo. Dessa maneira, por meio da Revista, a Associação contribuiria para a melhoria da educação que, no ideário de seus diretores, tinha um papel fundamental no desenvolvimento do espírito nacional e do progresso e engrandecimento de um país.

A análise de Catani deixa a impressão de que a *Revista de Ensino* tinha a natureza da própria Associação, pretendendo defender o ensino e o professorado de São Paulo. Apresentava-se disposta a cumprir a função de representante e orientadora do professorado, por meio de sugestões didático-pedagógicas adequadas à realidade das escolas públicas, e de porta-voz e defensora das necessidades e direitos do professorado, consignados na lei de 8 de setembro de 1892.

Catani (2003) analisa o periódico dividindo-o em três fases. A primeira fase da vida da *Revista de Ensino*, que vai de 1902 a 1904, é publicada bimestralmente com uma média de cento e cinquenta páginas. Nesta fase foram publicados dezessete números e embora se creia que fora publicado em quantidade suficiente para a distribuição e circulação entre os associados e outros órgãos oficiais, não há dados precisos sobre a tiragem. Nestes primeiros números a revista testemunhava o empenho da Associação na defesa das condições de trabalho e salário do professorado. Esta, contudo, não era a principal questão tratada, pois também se falava em qualidade do ensino trazendo certa nostalgia, em relação às luzes do “período áureo”, acompanhada de um lamento pela decadência do ensino.

Segundo Catani (2003, p. 85), essa nostalgia se torna transparente ao lembrarem e tentarem recuperar a glória da atuação de Caetano de Campos, Cesário Motta, Bernardino de Campos e Gabriel Prestes. Quando os professores foram prejudicados pela reforma dos vencimentos que reduzia os salários, a Associação sai a campo para rechaçar essas iniciativas do Estado. A Revista defendia a ideia de que a gestão de assuntos de instrução deveria ser feita pelos próprios educadores, uma vez que os legisladores eram leigos no que se refere ao ensino. Na visão de Catani, todos esses aspectos contribuíram para que o Estado cortasse o auxílio para a manutenção da Revista. Um dado importante pesquisado por ela é que em 1904, quando ocorre o corte no auxílio, a Revista é dirigida a um contingente de cerca de quatrocentos professores, na sua maioria formados pelas mesmas escolas, aos quais os

integrantes da Associação representavam e pretendiam oferecer orientação por meio da Revista (REVISTA DE ENSINO, 1904x, p. 624).

A partir de fevereiro de 1905 a *Revista de Ensino* passou a ser impressa em uma gráfica particular. Nessa segunda fase, que vai de 1905 a 1910, ela será produzida sem a subvenção do Estado, o que, segundo Catani, provocará de início uma redução no número de páginas e, posteriormente, constantes interrupções. Diz ela que, se de um lado a Revista se libertou da tutela do Estado podendo rebater as medidas governamentais de maneira mais radical, de outro passou a ter dificuldade de sobrevivência por conta do corte no auxílio do Estado.

Por meio da análise de Catani tem-se a impressão de que a Revista fora o braço da Associação por meio do qual tocava o público ao qual se destinava, e como tal não poderia negar sua natureza mesmo que isso significasse viver à míngua ou morrer.

Catani entende que com menos recursos, porém com mais liberdade, as críticas com relação à situação das escolas públicas se tornam mais violentas e nesse clima emerge de maneira mais acentuada o desentendimento, que já existia mesmo quando a Revista era subsidiada pelo poder público, entre a Associação e o Estado.

Na terceira fase da divisão de Catani, que vai de 1911 a 1918, a Revista voltará a receber apoio do Estado e estará sob orientação da Diretoria Geral da Instrução Pública, o que lhe dará uma nova natureza. A partir de então, os trabalhos de colaboração deveriam ser encaminhados àquele novo órgão orientador.

Muito embora estejamos olhando a Revista pelas lentes de Catani, e não pretendendo analisar a sua opção de divisão por fase, há algo interessante que notamos ao analisarmos nossas fontes primárias.

Segundo o *Anuário* de 1910-1911, a *Revista de Ensino* passou a ser uma espécie de complemento do *Anuário*, como se pode depreender da citação a seguir.

Demais, curando especialmente questões de psychologia e methodologia, sob os auspícios da Diretoria Geral, passou a ser publicada a Revista de Ensino, criada e mantida antes pela Associação Beneficente do Professorado Público. A Revista de Ensino, orgam doutrinário, divulgador de methods e processos pedagógicos, tornou-se complemento do Anuário. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1910-1911, p. 6)

O editorial da *Revista de Ensino* (1911a) nos dá uma boa noção de como ela deveria ser a partir de então.

De pleno acordo com a associação Beneficente dos Professores Públicos do Estado e sob imediata orientação da Directoria Geral do Ensino, inicia esta Revista, com o presente numero, uma nova phase de sua existencia, que é apenas uma quasi continuação daquela que teve a principio. Deixando de parte quaesquer questões que não visem o puro papel educativo próprio da classe que representa, a Revista do Ensino manter-se-há no terreno elevado em que se ventilem somente assuntos de interesse geral, dentro do circulo circunscripto á sua especialidade. Trabalhos originaes, traduções, transcrições, noticias, etc. referentes ao movimento educativo em geral, á evolução do ensino, aos seus methodos e processos, tudo emfim que possa instruir e interessar utilmente o corpo de professores paulistas poderá ter seu logar nas páginas deste livro [...] (REVISTA DE ENSINO, nº 1, ano X, junho de 1911)

O assunto relativo ao papel do professor e ao ensino público sempre foi considerado elevado. Para os profissionais que escreviam tanto na *Revista de Ensino* como nos *Anuários*, pensar a educação significava pensar em coisas do alto, um terreno elevado que não seria pisado por qualquer pessoa. Esta é uma concepção da profissão decente que deve ser melhor analisada, que é o que faremos na seção seguinte.

Uma indagação que fizemos ao se analisarmos o fragmento acima foi: que questões seriam essas que não visavam o puro papel educativo e que, portanto deveriam ser “deixadas de parte”? Por meio de uma breve análise dos números da Revista, a partir de 1911, percebe-se não estar mais presente o debate em torno das reformas e das garantias ao professorado. Mas isto não nos permite dizer que não estão presentes porque não são “assuntos do alto”, e que não estavam contemplados pela nova natureza da Revista, ou porque constituíam matéria vencida e que a reforma de 1911 havia posto termo às questões.

Como se percebe, aqui se faz questão de deixar claro que, de agora em diante, a Revista cumprirá seu papel de revista exclusivamente educativa, e que assuntos considerados não educativos não farão mais parte de seu escopo, o que de certa forma pode ser percebido também ao se olhar o sumário⁶ do segundo número da Revista, publicado no mesmo ano.

Redação – A leitura analytica – Erros no ensino – O descobrimento do Brazil (dialogo) – Educação profissional dos mestres – De como desenvolver nas crianças o gosto pela leitura – Decoração externa da escola – Construções escolares – Trabalho pessoal do alumno em sciencias phisicas e naturaes – Devastação das mattas – Jogos escolares – Em classe para classe – Variedades – Notas. (REVISTA DE ENSINO, 1911b)

Os artigos desenvolvidos sob esses títulos têm a finalidade de orientar os professores a respeito das diversas atividades desenvolvidas em seus afazeres diários.

⁶ Apesar de seguirem a mesma matriz, a partir da edição nº 1, do ano XI, o Sumário deixa de aparecer

Além de trazer orientações sobre como manter a disciplina e direção da classe, como conseguir e manter a atenção da turma de alunos, traz também modelos de jogos escolares, como ensinar leitura pelo método analítico. Esboça uma defesa da educação como ciência, trazendo uma preocupação com a educação baseada no conhecimento psicológico da criança. A partir de 1912, traz artigos relativos à educação infantil, colocando Fröebel em evidência. Há, inclusive, a publicação de um número exclusivo sobre o assunto. Com esta natureza mais específica, a Revista vai ser publicada até 1918, quando será definitivamente interrompida.

Para dar melhor visibilidade a essa nossa fonte, organizamos o quadro abaixo a partir de dados coletados nos anexos constantes na tese de Catani. (2003, p. 269)

Relação das Diretorias da Associação	Comissões de Redação da <i>Revista de Ensino</i>
<p>1901- Presidente: Fernando Martins Bonilha. Vice-presidente: Alfredo Bresser da Silveira Tesoureiro: Joaquim Luiz de Brito 1º secretário: Gabriel Ortiz 2º secretário: Benedito Galvão Conselho Fiscal: Frontino Guimarães, Antonio Hipólito de Medeiros, João Chrysostomo B. dos Reis Jr.</p>	<p>1901- A <i>Revista de Ensino</i> ainda não era publicada.</p>
<p>1902- Presidente: Fernando Martins Bonilha. Vice-presidente: Alfredo Bresser da Silveira Tesoureiro: Antonio E. de Souza Penna 1º secretário: Benedito Galvão 2º secretário: Pedro Solano de Abreu Conselho Fiscal: Joaquim Luiz de Brito, Gabriel Ortiz, Cipriano da Rocha Lima e João Chrysostomo B. dos Reis Jr.</p>	<p>1902- Redator-Chefe: Arnaldo de Oliveira Barreto Redator-Secretário: Romão Puiggari Redatores-efetivos: Joaquim Luiz Brito, João Pinto Silva, João Lourenço Rodrigues, Alfredo Bresser da Silveira, Emilio Mario Arantes, Ramon Roca Dordal João Chrysostomo B. dos Reis Jr.</p>
<p>1903- Presidente: Fernando Martins Bonilha. Vice-presidente: Alfredo Bresser da Silveira Tesoureiro: Luiz Cardoso Franco 1º secretário: Antonio Peixoto 2º secretário: Nilo Costa Conselho Fiscal: João Chrysostomo B. dos Reis Jr. Antonio E. de Souza Penna, Benedicto Galvão, João Baptista de Brito.</p>	<p>1903- Redator-Chefe: Arnaldo de Oliveira Barreto Redator-Secretário: João Pinto e Silva Redatores-efetivos: Joaquim Luiz Brito, Romão Puiggari, João Lourenço Rodrigues, Alfredo Bresser da Silveira, Emilio Mario Arantes, Ramon Roca Dordal, João Chrisóstomo B. dos Reis Jr.</p>
<p>1904- Presidente: Arthur Breves Vice-presidente: René Barreto Tesoureiro: Luiz Cardoso Franco 1º secretário: Gabriel Ortiz 2º secretário: Carlos da Silva Bellegarde Conselho Fiscal: João Pinto e Silva, Arnaldo</p>	<p>1904- No número de abril não consta nome da comissão de redação, no número de outubro aparece apenas o nome do redator secretário para quem deve ser enviada a correspondência da Revista: Izildo Denzer.</p>

Barreto, Antonio Peixoto, Antonio R. A. Pereira	
1905- Presidente: Arthur Breves Vice-presidente: Fernando M. Bonilha Tesoureiro: José Francisco Marcondes Domingues 1º secretário: Antonio Pereira Baptista 2º secretário: Demosthenes F. Marques Conselho Fiscal: Luiz Cardoso Franco, Alfredo Bresser da Silveira, Joaquim Luiz Brito	1905- Nada consta nos anexos da tese de Catani.
1906- Presidente: Arthur Breves Vice-presidente: Ramon Roca Dordal Tesoureiro: Izildo Denzer 1º secretário: Augusto Ribeiro de Carvalho 2º secretário: Demosthenes F. Marques Conselho Fiscal: José F. Marcondes Domingues, Alfredo Bresser da Silveira, Joaquim Luiz Brito	1906- Izildo Denser é substituído por Augusto R. de Carvalho no cargo de redator-secretário.
1907- Presidente: Fernando M. Bonilha Vice-presidente: Justiniano Viana Tesoureiro: Izildo Denzer 1º secretário: Antonio Pereira Baptista 2º secretário: Jose G. Pereira Bittencourt Conselho Fiscal: José F. Marcondes Domingues, Leônidas Toledo Ramos, Carlos da Silva Bellegarde, Carneiro Junior	1907- Augusto R. de Carvalho no cargo de redator-secretário e aparecem como redatores efetivos: Benedito Maria Tolosa e Theodoro Jerônimo Rodrigues de Moraes.
1908- Presidente: Fernando M. Bonilha Vice-presidente: Justiniano Viana Tesoureiro: Izildo Denzer 1º secretário: Demosthenes F. Marques 2º secretário: Sebastião Lang Conselho Fiscal: Alfredo Machado Pedrosa, Antonio Pereira Baptista, Alfredo Bresser da Silveira	1908- A comissão de redação está constituída da seguinte forma: Redator-secretário: Augusto R. de Carvalho Redatores-efetivos: Benedito Maria Tolosa, Theodoro J. Rodrigues de Moraes, Antonio Peixoto, Justiniano Viana
1909- Presidente: Fernando M. Bonilha Vice-presidente: Alfredo Bresser da Silveira Tesoureiro: Izildo Denzer 1º secretário: Demosthenes F. Marques 2º secretário: Sebastião Lang 1º Diretor: José F. Marcondes Domingues 2º Diretor: Salustiano leite de Oliveira. Conselho Fiscal: Alfredo Machado Pedrosa, Antonio Pereira Baptista, Frontino Ferreira Guimarães	1909- A comissão de redação está constituída da seguinte forma: Redator-secretário: Augusto R. de Carvalho Redatores-efetivos: Benedito Maria Tolosa, Theodoro J. Rodrigues de Moraes, Antonio Peixoto, Justiniano Viana, Jose A. de Azevedo Antunes
1910- Presidente: Fernando M. Bonilha Vice-presidente: Alfredo Bresser da Silveira Tesoureiro: Izildo Denzer	1910- A comissão de redação está constituída da seguinte forma: Redator-secretário: Augusto R. de Carvalho

<p>1º secretário: Demosthenes F. Marques 2º secretário: Sebastião Lang 1º Diretor: José F. Marcondes Domingues 2º Diretor: Salustiano leite de Oliveira. Conselho Fiscal: Alfredo Machado Pedrosa, Antonio Pereira Baptista, Frontino Ferreira Guimarães</p>	<p>Redatores-efetivos: Benedito Maria Tolosa, Theodoro J. Rodrigues de Moraes, Antonio Peixoto, Justiniano Viana, Jose A. de Azevedo Antunes, José Escobar</p>
<p>1911- Após a interrupção das edições da Revista de Ensino ao ser reiniciada a publicação em junho de 1911 pela Diretoria Geral da Instrução, não há menção à composição da Diretoria da Associação.</p>	<p>1911- A nova comissão compõe-se de: Junho: René Barreto, Miguel Carneiro Junior, José Monteiro Boanova e Aristides de Macedo Setembro: Mariano de Oliveira, Moyses Horta de Macedo, José Narciso de C. Couto e Theodoro de Moraes Dezembro: Antonio Morato de Carvalho, Benedito M. Tolosa, Carlos Gallet e Domingos P. Silva</p>
<p>1912- Diretor-Presidente: Ramon Roca Dordal Vice-presidente: Luiz Cardoso Franco Tesoureiro: Antonio Peixoto 1º secretário: Augusto R. de Carvalho 2º secretário: Arnaldo Alcantara 1º Diretor: Euclides Luz 2º Diretor: Justiniano Freire da Paz Conselho Fiscal: Não consta</p>	<p>1912- A comissão fica assim composta: Março: Ramon Roca, José Cralos Dias, Benedito Corte, Brilho e Mauricio de Camargo. Junho: Benedito M. Tolosa, Carlos Gallet, Antonio M. de Carvalho e Domingos de Paula Silva. Setembro/dezembro: Ramon Roca, Benedito C. Brilho, Mariano de oliveira e Aristides J. de Castro.</p>
<p>1913- Diretor-Presidente: Ramon Roca Dordal Vice-presidente: Alfredo Bresser da Silveira 1º Diretor: Joaquim Luiz Brito 2º Diretor: Luiz Cardoso Franco 1º secretário: Demosthenes F. Marques 2º secretário: Carlos Lotito Tesoureiro: Antonio Peixoto 1º Bibliotecário: Augusto Ribeiro de Carvalho 2º Bibliotecário: Armando Gomes de Araujo Conselho Fiscal: Não consta</p>	<p>1913- A partir de março de 1913, até o final da Revista (n. 1 a 4, junho-dezembro, 1918, publicada em outubro de 1919) não aparecerão mais os nomes da comissão, Observando-se a última página de cada volume que “os trabalhos de colaboração deverão ser enviados à Redação da Revista de Ensino – Diretoria Geral da Instrução Pública”.</p>
<p>1914- Não contam informações, tem-se apenas notícia de que Izildo Denser é tesoureiro e Demosthenes Marques, o secretário.</p>	
<p>1915- Dispõe-se apenas das informações referidas a 1914.</p>	
<p>1916- Diretor-Presidente: Ramon Roca Dordal Vice-presidente: Alfredo Bresser da Silveira 1º Diretor: Domingos de Paula e Silva 2º Diretor: Armando Gomes de Araujo 1º secretário: Demosthenes F. Marques</p>	

<p>2º secretário: Antonio P. Baptista Tesoureiro: Izildo Denser 1º Bibliotecário: Ernestino Lopes da Silva 2º Bibliotecário: Pedro dias Jr. Conselho Fiscal: Carlos A. Gomes Gardim, Joaquim Luiz Brito, Frontino F. Guimarães</p>	
<p>1917- Diretor-Presidente: Ramon Roca Dordal Vice-presidente: Carlos A. Gomes Gardim 1º Diretor: Domingos de Paula e Silva 2º Diretor: Armando Gomes de Araujo 1º secretário: Demosthenes F. Marques 2º secretário: Antonio P. Baptista Tesoureiro: Izildo Denser 1º Bibliotecário: Pedro Orsi Jr. 2º Bibliotecário: Ernestino Lopes da Silva Conselho Fiscal: Dr. Oscar Thompson, Joaquim Luiz Brito, Frontino F. Guimarães</p>	
<p>1919- A mesma diretoria do ano anterior.</p>	
<p>1919- Diretor-Presidente: Ramon Roca Dordal Vice-presidente: Carlos A. Gomes Gardim 1º Diretor: Domingos de Paula e Silva 2º Diretor: Armando Gomes de Araujo 1º secretário: Demosthenes F. Marques 2º secretário: Antonio P. Baptista Tesoureiro: Izildo Denser 1º Bibliotecário: Pedro Orsi Jr. 2º Bibliotecário: Ernestino Lopes da Silva Conselho Fiscal: Dr. Oscar Thompson, Joaquim Luiz Brito, Frontino F. Guimarães</p>	

Fonte: Catani (2003, p. 269-275).

Num primeiro cotejamento dos dados das duas colunas, percebe-se que os sujeitos praticamente fazem um revezamento entre a diretoria da Associação e a comissão de redação da Revista. Até 1910, a Associação fica praticamente nas mãos de Bonilha e Breves, e, a partir de então, fica nas mãos de Ramon Roca Dordal. Se compararmos esses dados com os dados do quadro a seguir, veremos que os sujeitos que se responsabilizam pela Revista são os mesmos que se responsabilizam pelos Anuários. A diferença fica praticamente por conta do período em que estão responsáveis por um ou por outro periódico.

2.2 Os Anuários⁷

O Anuário se apresenta como uma publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública⁸, que tem por finalidade a transparência do aparelho escolar, além de ser fonte de consulta e ensinamentos ao professorado público do Estado e de fornecer informações gerais e dados estatísticos da Inspeção.

Os inspetores constituem as vozes que falam nos Anuários, por esses serem um instrumento de demonstração dos resultados de suas funções. Assim, cada número, além do relatório da Diretoria Geral⁹, contendo informações sobre o Estado e desenvolvimento da instrução pública, traz os relatórios dos inspetores escolares, dos quais depreendem os trabalhos realizados, como a sugestão de medidas a serem postas em prática para a melhoria do ensino. No final de cada edição, há uma série de mapas estatísticos do movimento escolar.

Com a finalidade de dar alguma visibilidade ao processo de constituição da Diretoria Geral, organizamos um quadro sobre a gestão do Anuário do Ensino nos primeiros dez anos de sua publicação. Apesar de estarmos buscando auxílio à nossa pesquisa apenas nos Anuários do Ensino publicados até 1910-1911¹⁰, decidimos produzir o quadro referente aos primeiros dez anos, para que o leitor tenha uma visão mais completa de quem esteve na gestão no início da publicação dos Anuários.

Ano de Publicação	Diretores Gerais	Inspetores Oficiais	Comissão de redação
1907-1908	João Lourenço Rodrigues	Domingos de Paula e Silva, José Monteiro Boanova, Miguel Carneiro Junior, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, Leonidas de Toledo Ramos, Antonio Morato de Carvalho, René de Oliveira Barreto, José Carneiro da Silva, Ramon Roca Dordal, Benedito Candido Corte Brilho.	João Lourenço Rodrigues, Ramon Roca Dordal, René de Oliveira Barreto, José C.da Silva
1908-	Dr. Oscar	Domingos de Paula e Silva, José	Domingos de

⁷ Consta como anexo E uma imagem da capa do Anuário do Ensino para que o leitor possa ter uma idéia de sua constituição.

⁸ A antiga Inspeção Geral da Instrução Pública passa a denominar-se Diretoria Geral da Instrução Pública, após a reforma ocorrida em 1910.

⁹ No ano em que o Dr. Oscar Thompson foi Diretor Geral, ele não apresentou relatório.

¹⁰ Refere-se mais ao ano de 1910, trazendo poucas informações relativas ao ano de 1911.

1909	Thompson	Monteiro Boanova, Miguel Carneiro Junior, João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior, Leonidas de Toledo Ramos, Antonio Morato de Carvalho, René de Oliveira Barreto, José Carneiro da Silva, Ramon Roca Dordal, Benedito Candido Corte Brilho, Aristides de Macedo	Paula e Silva, Ramon Roca Dordal, René de Oliveira Barreto, José Carneiro da Silva
1910-1911	João Chrysostomo B. R. Junior	Domingos de Paula e Silva, José Monteiro Boanova, Theodoro de Moraes, João F. Pinto e Silva, Antonio Morato de Carvalho, René de Oliveira Barreto, José Carneiro da Silva, Ramon Roca Dordal, Aristides de Macedo José Narciso de Camargo Couto, Julio Pinto Marcondes Pestana, Moyses Horta de Macedo, Carlos Gallet, B. M Tolosa, Mauricio de Camargo, Mariano de Oliveira.	Não consta comissão de redação.
1911-1912	João Chrysostomo B. R. Junior	Domingos de Paula e Silva, José Monteiro Boanova, Antonio Morato de Carvalho, Ramon Roca Dordal, Benedito C. Corte Brilho, Aristides de Macedo, José Narciso de Camargo Couto, Julio Pinto Marcondes Pestana, Carlos Gallet, B. M Tolosa, Mauricio de Camargo, Mariano de Oliveira, José Carlos Dias, Jose Augusto de A. Antunes, Leopoldo José de Sant'Ana, Joaquim Luiz Brito, João Benedito C. China, Helio Penteadado de Castro, Guilherme Jorge Kulmann, Arnaldo Barreto, Aristides J. Catro, Antonio Primo Ferreira (em com.).	O editorial está assinado pela comissão de redação, mas não constam os membros.
1913	João Chrysostomo B. R. Junior	Domingos de Paula e Silva, José Monteiro Boanova, Antonio Morato de Carvalho, Ramon Roca Dordal, Benedito C. Corte Brilho, Aristides de Macedo, José Narciso de Camargo Couto, Julio Pinto Marcondes Pestana, Carlos Gallet, B. M Tolosa, Mauricio de Camargo, Mariano de Oliveira, José Carlos Dias, Jose Augusto de A. Antunes, Leopoldo José de Sant'Ana, Joaquim Luiz Brito, João Benedito C. China,	Não consta comissão de redação.

		Helio Penteado de Castro, Guilherme Jorge Kulmann, Arnaldo Barreto, Aristides J. Castro, Antonio Primo Ferreira (em com.).	
1914	João Chrysostomo B. R. Junior	Domingos de Paula e Silva, José Monteiro Boanova, Antonio Morato de Carvalho, Ramon Roca Dordal, Benedito C. Corte Brilho, Aristides de Macedo, José Narciso de Camargo Couto, Julio Pinto Marcondes Pestana, Carlos Gallet, B. M Tolosa, Mauricio de Camargo, Mariano de Oliveira, José Carlos Dias, Leopoldo José de Sant'Ana, Joaquim Luiz Brito, João Benedito C. China, Helio Penteado de Castro, Guilherme Jorge Kulmann, Arnaldo Barreto, Aristides J. Castro.	Não consta comissão de redação.
1917 ¹¹ (1916)	João Chrysostomo B. R. Junior	Domingos de Paula e Silva, José Monteiro Boanova, Antonio Morato de Carvalho, Ramon Roca Dordal, Benedito C. Corte Brilho, Aristides de Macedo, José Narciso de Camargo Couto, Julio Pinto Marcondes Pestana, Carlos Gallet, B. M Tolosa, Mauricio de Camargo, Mariano de Oliveira, José Carlos Dias, Leopoldo José de Sant'Ana, Joaquim Luiz Brito, João Benedito C. China, Helio Penteado de Castro, Guilherme Jorge Kulmann, Arnaldo Barreto, Aristides J. Castro, Cypriano da Rocha Lima.	Não consta comissão de redação.
1917 ¹²	Dr.Oscar Thompson	Domingos de Paula e Silva, José Monteiro Boanova, Antonio Morato de Carvalho, Aristides de Macedo, José Narciso de Camargo Couto, Julio Pinto Marcondes Pestana, Carlos Gallet, B. M Tolosa, Mauricio de Camargo, José Carlos Dias, Leopoldo José de Sant'Ana, Joaquim Luiz Brito, João Benedito C. China, Helio Penteado de Castro, Guilherme Jorge Kulmann, Aristides J. Castro, Cypriano da Rocha Lima.	Não consta comissão de redação.

Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, publicado desde 1907-1908 até 1917

¹¹ Refere-se a 1916, publicado em 1917.

¹² O Anuário de 1917 foi publicado em dois volumes.

Por meio do quadro acima apresentado, chegamos a algumas constatações que consideramos interessantes, tendo em vista os objetivos da pesquisa.

Durante os primeiros dez anos em que foram publicados, os Anuários tiveram três diretores gerais. Foram eles: João Lourenço Rodrigues, Dr. Oscar Thompson e João Chrysostomo B. R. Junior, que dirigiu a Diretoria Geral da Instrução Pública a maior parte do tempo.

O Dr. Oscar Thompson foi Diretor Geral da Instrução Pública por duas vezes no período analisado: em 1909 e em 1917. Parece que, na primeira gestão, o Dr. Oscar Thompson preferiu regressar ao seu cargo de diretor da Escola Normal. Pelo menos é o que consta na parte introdutória do relatório de João Chrysostomo B. R. Junior, que assumiu a Diretoria em seu lugar.

Convidado por V. Ecx. para o muito honroso cargo de Director Geral da Instrucção Publica, em substituição ao eminente funcionário que o exercia com mais completa competência e dedicação - o meu distinto e velho amigo e collega Dr. Oscar Thompson, director da Escola Normal de S. Paulo - o qual desejava regressar ao seu posto effectivo [...]. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1910-1911, p. 3)

Apesar de constar como Inspetor Geral, no Anuário de 1908-1909, o Dr. Oscar Thompson não apresenta relatório¹³, fato curioso, uma vez que os anuários sempre trazem um relatório do Diretor Geral. Os dados obtidos nas fontes não permitiram constatar razão desses fatos. Contudo, no Anuário de 1917, o Dr. Thompson não economizou palavras, e o Anuário foi publicado em dois extensos volumes muito bem organizados.

Pela análise do quadro acima apresentado, percebe-se uma inconstância no número de inspetores que vai numa linha ascendente até 1912, e inicia um movimento instável a partir de 1914. Em 1907 eram dez, em 1908 esse número subiu para 12, em 1910 sobe para 16, em 1912 para 23, em 1913 mantém os mesmos 23, em 1914 cai para 21, em 1916 sobe para 22 e em 1917 cai para 17.

No primeiro e segundo números há uma comissão de redação se responsabilizando pelo Anuário, no terceiro número também há uma comissão, mas não constam os nomes dos membros dessa comissão. A partir do quarto número, já não consta a comissão.

¹³ Normalmente O Anuário era aberto com um relatório do inspetor geral o que não ocorreu neste caso.

No primeiro número do Anuário não constam dados da impressão, mas a partir da segunda edição, publicação que vai de 1908-1909 até 1914, consta que foi impresso na “TYP. Siqueira”. A partir de 1917 foi impresso na “TYP. do DIARIO OFICIAL”.

No Anuário de 1911-1912, num texto intitulado “Duas palavras”, de autoria da comissão de redação que organiza a publicação dos Anuários¹⁴, os autores julgam os Anuários, comparando com os modelos conhecidos, incompletos e deficientes por não seguirem, como modelo, os anuários publicados pelos países cultos¹⁵ que abrangem as partes referentes à psicologia, metodologia e estatística.

Conforme tais modelos ele deveria:

[...] ser um repositório de doutrinas methodológicas, de observações de psychologia, de lições modelares sobre cada disciplina a ser ensinada, de modo a constituir fonte segura de consulta e ensinamento ao professorado público do estado, tendo informes geraes e dados estatísticos de Inspeção fácil a todos os que se interessam pela evolução escolar. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1911-1912, p. 5)

Segundo a comissão de redação, como ele não fora o que deveria ter sido, se seguisse os modelos dos países cultos, a *Revista de Ensino*, como já vimos acima, supriria essa deficiência, completando o Anuário no que se refere à parte doutrinária; observações de psicologia e modelos de lições. Pode-se dizer que, em certos aspectos, se completam, uma vez que a discussão em torno das garantias ao professorado referentes às recuperações salariais, textos que pretendemos analisar no capítulo terceiro, está presente nas duas publicações, como se verá mais adiante.

Não obstante o fato de em nossa pesquisa utilizarmos somente os números da *Revista de Ensino* publicados até 1910 resolvemos, como já dito, realizar sua descrição contemplando suas três fases de publicação. Quanto ao Anuário do Ensino, optamos descrevê-lo minimamente, desde o momento inicial de sua publicação até último ano de publicação da *Revista de Ensino*, embora as publicações do Anuário tenham prosseguido até o ano de 1938.

¹⁴ Não encontramos os sujeitos que fazem parte da comissão de redação, mas o Inspetor Geral é João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior.

¹⁵ De acordo com as publicações da *Revista de Ensino*, os países então considerados cultos são os Estados Unidos da América e França.

3 GARANTIAS AO PROFESSORADO: A *REVISTA DE ENSINO* COMO ATALAIA DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE NA LUTA EM DEFESA DO PROFESSORADO.

O objetivo deste capítulo é analisar o debate trazido pelos artigos cujos títulos eram “Garantias ao Professorado”, e outros com o mesmo teor que aparecem com grande frequência na *Revista de Ensino*. Esse periódico se apresenta organizado em seções, e os artigos sob aquela epígrafe são trazidos dentro da seção “QUESTÕES GERAES”, que consta na *Revista de Ensino*, no período em que Catani (2003) chama de as duas primeiras fases, ou seja, entre 1902 e 1910.

A partir de 1911, quando a *Revista de Ensino* fica sob a tutela da Diretoria Geral, tanto essa seção como o debate em torno dessas questões são praticamente deixados de fora.

Ao lado de outros debates relacionados às cartilhas e métodos de alfabetização e também uma preocupação com os programas, a discussão sobre salário, as condições de trabalho e garantias aos professores aparecem entrelaçadas e de forma bastante recorrente nos números correspondentes às duas primeiras fases de vida da *Revista de Ensino*.

Às vezes os artigos debatendo essas questões aparecem fora da seção “QUESTÕES GERAES” e sob outra epígrafe, além de aparecer, também de forma recorrente, nos Anuários do Ensino de 1907-1908 até o de 1914, fato que nos levou a utilizar os Anuários como fonte de apoio.

Com a finalidade de facilitar nossa análise e também de mostrar o período mais intenso da discussão organizamos o quadro abaixo contendo a autoria dos artigos, o período em que foram publicados e os temas discutidos.

Autoria	Periódico	Tema/Enfoque
Antonio Rodrigues Alves Pereira Membro da diretoria da Associação, inspetor oficial do Estado e redator Efetivo da revista.	<i>Revista de Ensino</i> , ano I, n. 1, 1902, p. 19.	Necessidade de rodear a classe de garantias para atrair professores mais aptos, recuperação salarial.
Ramom Roca Dordal Fez parte da comissão de redação da Revista de Ensino; no Anuário do Ensino, de 1907, aparece	<i>Revista de Ensino</i> , ano I, n. 1, 1902, p. 29.	Medo de que o magistério seja abandonado por conta dos baixos salários.

como inspetor e membro da comissão de redação.		
Gabriel Ortiz. Professor fez parte da diretoria como 1º secretário em 1901 e 1904.	<i>Revista de Ensino</i> , ano I, n. 3, 1902, p. 403.	Reforça o convite para a luta contra perdas salariais e das garantias.
Antonio Rodrigues Alves Pereira	<i>Revista de Ensino</i> , ano I, n. 4, 1902, p. 645.	Despertar a classe para debater questões relativas a seus direitos; perdas salariais.
Gabriel Ortiz	<i>Revista de Ensino</i> , ano I, n. 5, 1902, p. 928.	Pede a classe para que cumpra o dever independentemente das condições de trabalho ruins.
Gabriel Ortiz	<i>Revista de Ensino</i> , ano I, n. 6, 1903, p. 1057.	Critica a revogação dos direitos dos professores e as perdas salariais.
Luiz Cardozo Franco	<i>Revista de Ensino</i> , ano II, n. 1, 1903, p. 10.	Critica o aniquilamento das Condições favoráveis.
Gabriel Ortiz	<i>Revista de Ensino</i> , ano II, n. 2, 1903, p. 128.	Fala do sequestro do aumento salarial e do desânimo dos professores.
Editorial	<i>Revista de Ensino</i> , ano II, n. 4, 1903.	Critica a lei de orçamento que reduz de 10% a 20% os vencimentos dos professores.
Discursos (vários autores)	<i>Revista de Ensino</i> , ano II, n. 5, 1903, p. 426.	Projeto de orçamento no Congresso. (Favorável aos Professores)
Assinado por P.P.	<i>Revista de Ensino</i> , ano II, n. 5, 1903, p. 438.	Crítica às medidas de corte salariais adotadas.
Cardozo de Mello Netto	<i>Revista de Ensino</i> , ano II, n. 5, 1903, p. 508.	Crítica à redução de vencimentos e comparação com outros cargos.
Editorial	<i>Revista de Ensino</i> , ano II, n. 6, 1904.	Comentário sobre as perdas salariais.
Conferência de Arthur Breves. Foi presidente da Associação em 1904, 1905, e 1906.	<i>Revista de Ensino</i> , ano III, n. 1, 1904, p. 6.	Crítica à redução dos vencimentos dos professores considerando-a um erro.
Editorial	<i>Revista de Ensino</i> , ano III, n. 3, 1904.	Crítica às reformas que ferem as garantias dos professores.
Editorial	<i>Revista de Ensino</i> , ano	Crítica à forma de planejamento

	III, n. 4, 1904.	para a reforma do ensino público e pela falta de um espírito de justiça e equidade.
Editorial	<i>Revista de Ensino</i> , ano III, n. 5, 1904.	Crítica à produção de leis que não Atendem aos interesses dos professores.
Gabriel Ortiz	<i>Revista de Ensino</i> , ano III, n. 6, 1904, p. 513.	Crítica à regulamentação que fere os direitos dos professores.
Gabriel Ortiz	<i>Revista de Ensino</i> , ano III, n. 6, 1904, p. 514.	Diz que o governo deve desejar a Autonomia do professor.
Benedito A. Brasileiro Professor na cidade de Lorena	<i>Revista de Ensino</i> , ano III, n. 6, 1905, p. 518.	Fala dos resultados negativos produzidos pela lei mal feita.
Ernesto Lopes da Silva Professor	<i>Revista de Ensino</i> , ano III, n. 6, 1905, p. 525.	Comente a necessidade de se ter um salário digno da profissão.
Emilio A. Ferreira Ex-diretor do grupo escolar de Limeira	<i>Revista de Ensino</i> , ano III, n. 6, 1905, p. 536.	Comenta as perdas das garantias.
Ernestino Lopes da Silva. Professor em Araraquara, membro da Associação, figura como bibliotecário a partir de 1916.	<i>Revista de Ensino</i> , ano III, n. 6, 1905, p. 538.	Crítica à reforma da lei referente aos vencimentos dos professores.
Francisco Luz Professor	<i>Revista de Ensino</i> , ano IV, n. 1, 1905, p. 623.	Pede o ressarcimento de perdas salariais.
Francisco Luz	<i>Revista de Ensino</i> , ano IV, n. 2, 1905, p. 648.	Exige respeito aos direitos garantidos em leis anteriores.
Artigo assinado por D. Temos a suspeita de que signifique diretoria	<i>Revista de Ensino</i> , ano IV, n. 3, 1905, p. 695.	Pede retribuição digna e condizente com a carreira.
Arthur Breves	<i>Revista de Ensino</i> , ano IV, n. 4, 1905, p. 734.	Trata de diversos assuntos, entre eles redução dos vencimentos.
Arthur Breves	<i>Revista de Ensino</i> , ano IV, n. 5, 1905, p. 791.	Fala da valorização do professor e de questões salariais.
Editorial	<i>Revista de Ensino</i> , ano IV, n. 6, 1905, p. 834.	Fala das questões que levaram ao barateamento dos salários.
L. C. (Pode ser Luiz	<i>Revista de Ensino</i> , ano	Relembra o período áureo, e relata o

Cardozo Franco)	VI, n. 3, 1907, p. 5.	desânimo dos professores pela falta de garantias.
José Feliciano	<i>Revista de Ensino</i> , ano VI, n. 4, 1907, p. 7.	Fala dos professores desanimados pela inconstância da lei.
José Feliciano	<i>Revista de Ensino</i> , ano VI, n. 1, 1908, p. 9.	Fala do desânimo causado pelas más condições.
José Feliciano	<i>Revista de Ensino</i> , ano VII, n. 1, 1908, p. 16.	Discute a aposentadoria.
Henrique Coelho Parece ser advogado da A.B.P.P.P	<i>Revista de Ensino</i> , ano VIII, n. 1, 1909, p. 7.	Reduções dos vencimentos; razões finais na ação proposta em juízo dos feitos da fazenda pelos professores do Estado.
Costa Braga	<i>Revista de Ensino</i> nº. 2, ano VIII, 1909, p.25.	Apelo para que se reveja as questões salariais e se devolva as garantias aos professores
João Lourenço Rodrigues Inspetor Geral	<i>Anuário de 1907-1908</i> , p.28	Discute os vencimentos dos professores isolados
João Chrisostomo B. dos R. Junior Inspetor	<i>Anuário de 1907-1908</i> , p.398	Discute a lei de carreira, e salários
René Barretos Inspetor	<i>Anuário de 1907-1908</i> , p.400	Pede remuneração digna aos professores
Benedito C. Corte Brilho Inspetor	<i>Anuário de 1907-1908</i> , p.404	Defende vantagens para os professores das escolas reunidas
Antonio Morato de Carvalho	<i>Anuário de 1908-1909</i> , p.10	Discute a incompatibilidade do salário com as despesas
Benedito C. Corte Brilho Inspetor	<i>Anuário de 1908-1909</i> , p.28	Pede melhorias salariais.
João Chrisostomo B. dos R. Junior Inspetor	<i>Anuário de 1908-1909</i> , p.31	Discute a lei da carreira e defende melhoria de condições.
José Monteiro Boanova Inspetor	<i>Anuário de 1908-1909</i> , p.50	Discute garantias, vitaliciedade e e premiações.
Miguel Carneiro Junior Inspetor	<i>Anuário de 1908-1909</i> , p.63	Discute a instabilidade provocada pela lei de carreira.
Ramon Roca Dordal Inspetor	<i>Anuário de 1908-1909</i> , p.73	Apresenta os inconvenientes resultantes da instabilidade provocada pelas constantes mudanças na legislação
Ramon Roca Dordal Inspetor	<i>Anuário de 1908-1909</i> , p.74	Pede Garantias ao professor
René Barreto	<i>Anuário de 1908-1909</i> , p. 85	Discute a lei de carreira e melhoria de vencimentos
João Chrisostomo B. dos R. Junior	<i>Anuário de 1910-1911</i> , p. 9	Defende a recuperação salarial para os professores

Inspetor Geral		
João Pinto e Silva Inspetor	<i>Anuário de 1910-1911, p. 38</i>	Melhoria das condições dos professores para melhorar o funcionamento das escolas isoladas
José Monteiro Boanova Inspetor	<i>Anuário de 1910-1911, p. 52</i>	Melhoria das condições de trabalho dos professores
Moyses Horta de Macedo Inspetor	<i>Anuário de 1910-1911, p. 73</i>	Propõe a melhoria dos Vencimentos para evitar remoções
Aristide de macedo Inpetor	<i>Anuário de 1910-1911, p. 100</i>	Propõe aumento de vencimentos e gratificações
Mauricio de Camargo Inspetor	<i>Anuário de 1910-1911, p. 112</i>	Propõe melhoria de vencimentos, melhoria de condições e lei carreira
Antonio Morato de Carvalho Inspetor	<i>Anuário de 1910-1911, p. 152</i>	Melhoria vencimentos, equiparações salariais

Quadro de autores de artigos, com os referentes períodos e temas.

Fontes: Revista de Ensino publicadas até 1909 e Anuários do Ensino publicados até 1911.

Como se percebe, no período que vai de 1902 a 1905, a discussão aparece em praticamente todos os números da *Revista de Ensino*, mas prossegue de maneira menos intensa até a edição do segundo número de 1909, a partir da qual não encontramos mais nenhum artigo falando sobre o tema.

Nos Anuários do Ensino a discussão é mais recorrente nos números correspondentes ao período entre 1907 e 1910. A discussão prossegue de maneira esporádica até 1914, mas como os Anuários do Ensino serão utilizados apenas como material de apoio e por uma questão de periodização, apanhamos a discussão apenas até 1910-1911.

Realizamos nosso dialogo com as fontes, levando em conta a possibilidade de que elas podem mentir. Chegamos à conclusão que os discursos sobre manutenção dos direitos adquiridos que circularam nos dois periódicos analisados são complementares não havendo antagonismo, havendo, porém, diferenças. A primeira diferença fica por conta do fato de que na *Revista de Ensino* o discurso traz a defesa dos professores de uma maneira geral. Já nos Anuários do Ensino, fica claro que a preocupação dos inspetores é com a situação dos professores das escolas isoladas ou com a qualidade dos serviços que esse tipo de escola vem prestando. A segunda diferença é que na *Revista de Ensino* os autores, na maioria das vezes, assumem uma posição de ataque e acusação ao governo e aos legisladores. Já nos Anuários do Ensino, eles adotam mais a posição de sugerir o que precisa ser feito para melhorar o ensino, trazendo como sugestões, melhoria de condições de trabalho, de vencimentos e revisão de lei de carreira. Essas pequenas diferenças, logicamente são determinadas pelo lugar de fala. Se a

Associação nasce com o propósito de reunir e defender o professorado e a *Revista de Ensino* é a sua trombeta, é natural que o discurso veiculado por ela tenha um alarido maior, ela deverá ter, aliás, um som de quem chama para a batalha, um toque de guerra. Nesse sentido, pode-se dizer que a Associação se posicionou bem nas brechas da lei alertando a respeito da aproximação do inimigo e convocando para a batalha. Já os inspetores conheciam a realidade mais de perto e tinham a função de organizar o ensino e sugerir ao Estado as medidas a serem tomadas para melhorar o ensino; eles conheciam bem as diferenças e as dificuldades de se exercer o magistério num e no outro tipo de escola. Havia, aliás, grande chance de o governo aceitar suas sugestões. Eles enfatizavam questões como as más condições de trabalho dos professores de escolas isoladas, o déficit na formação desses professores pelas escolas complementares e a insuficiência dos vencimentos por estarem em lócus e vivenciando a situação. Além disso, eram funcionários de um patamar mais elevado, portanto estavam mais próximos do governo.

Contudo, os discursos se assemelham, tendo os mesmos objetivos e compondo um único discurso no qual a zona de consenso é a condição de trabalho dos professores, a manutenção de suas garantias e recuperação salarial. É provável que essa zona de consenso esteja determinada pela origem desses sujeitos, pois ambos haviam sido ou eram professores. Comparando-se os quadros de composição das diretorias da Associação Beneficente e Composição da Inspeção ou Diretoria Geral da Instrução Pública, pode-se observar que são praticamente os mesmos sujeitos. A diferença seria o lugar onde eles estão, no momento da fala.

Denunciando os abusos e equívocos cometidos pelos legisladores, a missão da Associação parece ter um caráter profético. Por meio da *Revista de Ensino*, a qual se constitui sua atalaia, colocando-se na brecha da lei, vai travando uma batalha em defesa dos interesses dos professores. Busca também a restauração da fé no papel do professor para a manutenção da República.

Além disso, profetizam a respeito de um fim que será ocasionado por aquilo que muitas vezes eles chamam de ações desastrosas dos legisladores e administradores públicos. Pretende defender os interesses de todo o professorado público do estado de São Paulo.

Conforme Ilíada Pires da Silva (2004, p. 105) a *Revista de Ensino* começa a ser publicada “com a intenção de guiar e orientar o professorado através de um veículo de comunicação que permitia atingir os docentes, desde a capital até os mais longínquos pontos do estado de São Paulo”.

Os artigos que tratam das garantias ao professorado e das condições de trabalho dos professores esboçam a luta da Associação Beneficente em defesa dos direitos do professorado, trazendo em seu bojo orientações que objetivavam a organização da classe¹⁶. Estabelecem modelos de postura do professor, de conduta e moralidade, questões essas que parecem contribuir para união da classe na luta em defesa de seus direitos adquiridos e na busca de melhores condições de trabalho.

Como mostraremos a seguir, o debate se assenta sobre três pilares que constituem a bandeira da Associação os quais seriam: a defesa dos interesses do Estado, da Instrução Pública e dos professores, mas o pivô da discussão é a reivindicação pela manutenção dos direitos garantidos em leis, melhores condições de trabalho e recuperação salarial.

A análise dessa discussão contribuiu também para se entender de que maneira a Associação Beneficente tentava organizar esses profissionais no sentido de constituírem uma corporação que era permeada por uma luta em defesa de melhores condições de trabalho e de recuperação das perdas salariais.

O artigo de Gabriel Ortiz (REVISTA DE ENSINO, 1902b, p. 403), diz que os interesses partidários mal inspirados afrontam quotidianamente o professorado, lançando sobre eles um assombro crescente. É insistente no convite para a luta, por julgar a ocasião oportuna “graças à existência da Associação e ao fato de achar-se no governo do Estado o ilustre cidadão que, auxiliado pelo Dr. Cesário Motta, impulsionou o ensino público primário, portanto, a descrença e o cansaço não deveriam impedir a caminhada.”

Além de tentar animar os professores Ortiz apresenta o que para ele será o modelo de conduta ideal para que se mantenha a reputação da classe.

O convite para a luta vem acompanhado de uma palavra de ordem: “À minha ocupação dedico todo o meu amor”.

Ortiz parece ser daqueles que pensa que o professor não deve se envolver com a política, mas dedicar-se totalmente à profissão, o que para ele seria a melhor forma de participação do professorado na luta em defesa de seus direitos. Talvez ele entendesse que se os professores fossem dedicados, tornar-se-ia mais fácil defendê-los.

Espera-se que uma das características que constituem esse profissional seja sua dedicação, e abnegação, se for o caso. Para ele “o amor à profissão é a qualidade essencial do preceptor”.(REVISTA DE ENSINO, nº. 3, ano 1, 1902, p. 402)

¹⁶ Sobre a luta da Associação Beneficente em defesa do professorado, ver Silva (2004).

Prossegue criticando professores que, por vários motivos, cedem às imposições partidárias, dividindo-os em dois grupos. “Professores há, infelizmente, que cedendo por **inexperiência ou fraqueza, calculo ou egoísmo**, às imposições partidárias se deixam arrastar pela onda do meio ou se afogam na atmosfera mephitica que os circunda”. (p. 402, grifo do autor)

Parece que, na concepção de Ortiz, o professor precisa ser experiente e forte para resistir ao meio que tenta impor um modelo comportamental inadequado à profissão docente. Espera, também, que o professor tenha uma moralidade polida e que não use a posição que tem para alcançar outras, incompatíveis com a dignidade do cargo. Além disso, parece haver um temor de que a escola deixe de ser um terreno neutro e templo de luz, por isso, há a exigência de um perfil profissional que tenha como balaustre a firmeza e a moralidade.

Essa linha de conduta que deve seguir o mestre é condição indispensável para que o professor possa manter seus direitos, e para que não arranhe a reputação da classe.

Na visão de Ortiz, os comportamentos inadequados levam a um só fim: “Perece o ensino e com ele a reputação do professor”.

Parece haver um temor de que a personalidade imparcial do mestre seja substituída pela de homem de partido, apaixonado e intolerante, fazendo perecer o ensino e a reputação do professorado. Quando se deixam levar pelas intrigas políticas do meio em que vivem, afastam-se da sua missão e prejudicam, com seus testemunhos, a formação do caráter da criança: “[...] se esqueceram que a profissão do mestre digno desse nome é a formação do caráter á criança, o que só se consegue a força de exemplos”.(REVISTA DE ENSINO, 1902b)

Na concepção dele, a trilha a se seguir para se alcançar estes objetivos e a “dedicação sincera e exclusiva aos deveres profissionais [...] afastamento da política, exercendo os direitos de cidadão com independência e critério baseado no patriotismo [...] esta norma imparcial não é indiferença nem fraqueza: é uma força e um dever”. (p. 403)

Ortiz demonstra uma certeza de que o caminho a seguir para se atingir o almejado objetivo é o da dedicação sincera e exclusiva aos deveres profissionais e afastamento da política, norma de conduta imparcial que colocaria a escola e professores numa posição de neutralidade.

Na *Revista de Ensino* de dezembro de 1902, Ortiz retoma essa questão avançando a discussão. Cita Guizot, que reorganizou a instrução pública na França, lembrando uma de suas circulares patrióticas onde exortava os professores a respeito desse mesmo assunto dizendo:

[...] é preciso que um sentimento profundo da importância moral do seu trabalho o sustente e anime, e que o austero prazer de ter servido os homens e contribuído secretamente para o bem público se torne no digno salário que só a própria consciência lhe dá. Sua glória consiste em nada pretender, além de sua obscura e laboriosa condição, de se exaurir em sacrifícios, que não são notados senão por aqueles que delles tiram proveito; de trabalhar, enfim, para os homens, e de não esperar recompensa nenhuma. (REVISTA DE ENSINO, 1902d, p. 928)

Essa insistência em sugerir que os professores encarem a profissão como um caminho espinhoso, por meio do qual não se espera recompensa, mas que almeja tão somente o bem público, portanto, do Estado, vem, como se percebe, carregada de pressupostos de normas de conduta e sacrifícios que a profissão exigiria.

A profissão encarada como um “sacerdócio”, que tem como salário a consciência do dever cumprido, parece permitir a concepção da escola como um terreno neutro que, para o mestre, deve ser um lugar de asilo, em relação à política e à religião.

Pressupõe, ainda, a concepção de uma conduta profissional que se assenta na pilastra de que todos têm direito à instrução, sem a qual a igualdade é impossível, independente de opiniões políticas e religiosas. Isso exigirá um profissional neutro e despedido de preconceitos.

Talvez seja isso que permite uma concepção de neutralidade que se entenda como “dever e força” ao contrário de “indiferença e a fraqueza”.

No artigo da *Revista de Ensino* de fevereiro de 1903, Gabriel Ortiz diz:

Sou dos que entendem que o professor deve secretamente contribuir para o bem estar público, sem esperar recompensa de espécie alguma, a não ser a da satisfação que lhe fica na alma de ter cumprido seus deveres com pontualidade, patriotismo e abnegação. Mas nem por isso deixo de ser do numero daqueles que entendem que o Estado nos deve o respeito de nossos direitos e a proteção de nossos interesses legítimos. (REVISTA DE ENSINO, 1903a, p. 1057)

Aqui ele se refere a uma emenda ao orçamento, votada pelo Congresso, no ano anterior à publicação dessa edição da *Revista de Ensino*, que revogou um aumento equivalente à quarta parte dos vencimentos, aos professores que completassem dez anos de exercício no magistério. O Congresso votou a emenda às vésperas do momento em que grande parte dos professores entraria no gozo da disposição legal. Ortiz relata o fato como um naufrágio em pleno porto. Ressalta que a Associação está na luta pelos direitos do professorado. Louva a atitude dos antigos legisladores que, segundo ele, tinham em vista, oferecendo tais vantagens, atrair para o magistério as melhores aptidões e vocação.

Na visão dele, a falta das disposições revogadas implicava a desconfiança no futuro, provocando o afastamento de bons professores que procuravam outras ocupações. “Perde o governo, perde a instrução” (p. 1057).

Parece mesmo que a preocupação da Associação é animar os professores para que permaneçam em seus postos, trabalhando de maneira dedicada, para que de nada se possa acusá-los.

Nesse movimento de alerta e orientação, a *Revista de Ensino* se torna o braço da Associação para atingir os professores mais distantes da capital.

Em um artigo intitulado “A revista” (ANEXO C), Gabriel Ortiz fala da importância do periódico, tentando mostrar sua contribuição e resultados conquistados desde o início de sua existência. Ele faz questão de deixar claro que houve uma luta no sentido de se impedir a produção de leis que prejudicassem a classe.

[...] nota-se que a acção modificadora da Revista não deixa de ser proveitosa [...] afirmamos cheios de convicção, que a Revista concorreu muito para que a situação não seja, actualmente, mais dolorosa, e procurou, por todos os meios ao seu alcance, deter, na firme esperança de o conseguir, o fabrico dessas leis (?) de arrocho, postas em execução para fins políticos, avassaladoras dos caracteres, acessíveis á ignorancia, oppressoras do lar, onde a coroa do martyrio cinge cabeças encarnecidas no serviço da instrucção, flagellando corações que temem pelo pão de amanhã [...]. (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 513)

A questão, como se percebe, é de livrar o professorado do martírio infringido pelas leis, mas, para além disso, trata-se de defender a manutenção do status que o professor vinha perdendo ao longo do tempo.

Tem-se a impressão de um discurso agressivo e cheio de ira, ao ponto de essas leis serem consideradas obra de natureza “satânica”. A lei vigente sobre a instrução pública, posta em vigor no dia 1º de janeiro, diz Ortiz: “foi um satânico presente de anno novo”.

“Todavia, não é a Revista de Ensino agente de discórdia: é, pelo contrario, penhor de Ordem e de Paz. Quer oppôr, no terreno de ampla discussão, no limite do justo e do razoável, nobremente, á luz meridiana, um paradeiro á invasão affrontosa de direitos augustos, adquiridos no labor fatigante e quotidiano de **sagrado ministério**”. (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 514, grifo do autor).

Ao mesmo tempo em que se atribui aos atos dos legisladores um carácter diabólico, atribui-se ao exercício do magistério um carácter sagrado, o que dá à batalha um quê de luta entre as trevas e a luz. De qualquer forma denota a intenção da Associação de manter a todo custo sua posição em defesa da classe que, aos seus olhos, é digna de todo o respeito.

Na luta, para a Associação, a Revista representa o grito em favor do professorado na defesa dos direitos adquiridos em leis anteriores, com o fim de fazer da Instrução Pública um pedestal seguro, sobre o qual possa repousar a “moral e o civismo”. No discurso da Associação, por meio da *Revista de Ensino*, nunca foi negada a essa última a característica de

“revolucionária” e a pretensão de que ela seria um instrumento para salvar o ensino público da decadência.

Percebe-se que a luta travada pela Associação, por meio da Revista, se prende à esperança de um futuro melhor para a classe, levando em conta que “tão profunda e radical transformação não será alcançada sem graves dificuldades”, mas que conduzirá a “uma época próxima, promessas de melhores dias”. (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 514).

Parecia haver consciência de que a conquista do direito de fabricar ou, pelo menos, influenciar o fabrico das leis sobre o ensino não seria tarefa fácil.

É sempre destacado o papel do professor como “**o mais poderoso reformador social, e o agente mais fecundo da evolução de um povo**”. (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 514, grifo do autor).

Esse caráter fundamental que tem o papel do professor é constantemente trazido à baila da discussão pela Revista, que pretende, a todo custo, defender esse estatuto que pertence ao professor.

É uma representação de profissão que vai se consolidando com o tempo, e vem saturada com a ideia de que sem instrução não há progresso e, portanto, não há república.

Tem-se a impressão de que, no pensamento desses profissionais, Ensino e República são elementos vinculados, que jamais se separam, e que defender o professor é o mesmo que defender a República.

Num artigo sobre o caráter da Associação, ficam bem claros os limites de seu compromisso com a República: “antes de tudo, diremos a verdade, custe o que custar” (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 514).

Lançar luz sobre aquilo que está no escuro, eis a missão desses profissionais. O Governo “deve esperar que o professorado se torne uma **classe autônômica**, capaz de desempenhar a sua **missão social em uma república**, levando-o a pôr em prática as **reformas aconselhadas pela experiência** e por uma propaganda razoável e desapaixonada”. (p. 514; grifos do autor)

Isto parece equivaler ao mesmo que dizer: Deixa por nossa conta, não precisamos de fiscalização, conhecemos nossa missão, sigam nossos conselhos.

Permeando essa concepção, vem a ideia de que se o professor é o mais poderoso reformador social e o agente mais fecundo da evolução de um povo, só poderá agir se tiver liberdade. Se de um lado o Governo deve esperar determinadas posturas do professorado, eis, segundo Gabriel Ortiz, a postura que a Associação deverá assumir:

[...] agindo conscientemente, não se há de arvorar, por certo, em acusador systematico; há de, sim, saber manter-se na posição de amigo leal e desinteressado, apontando os erros dos legisladores ou as injustiças de que por ventura seja victima, afim de que as autoridades a que está sujeito possam corrigir seus actos. (p. 514)

A Associação parece querer deixar claro que tem uma proposta de parceria e missão em conjunto, por meio das quais pode dar sua contribuição para o desenvolvimento da República, e receber em troca certas regalias, que se traduziam por garantias aos direitos adquiridos. Estaria, assim, oferecendo uma oportunidade de reparação de erros cometidos pelo Governo.

Demonstra a firme intenção de defender, numa ação com resultado tríplice, o professorado, a instrução pública e o Estado; não despreza o objetivo de colocar os professores em movimento, pelos mesmos sentimentos e pelos mesmos ideais.

Essas discussões nos permitem entender que os profissionais que escreviam na *Revista de Ensino* tinham a concepção de que se a profissão de professor era fundamental para o desenvolvimento e progresso da República, então, eles carregavam sobre os ombros uma grande responsabilidade, fato pelo qual mereciam o respeito do Estado. Para eles, a organização da instrução popular era um movimento que deveria ser feito de dentro para fora, uma vez que somente quem estava dentro poderia compreender e operar.

Talvez por isso eles chamassem para si a responsabilidade de defender a “escola e o ensino popular”, sem os quais não haveria progresso, “o Estado”, que seria objeto do progresso almejado, e “o professor”, peça fundamental e mola propulsora desse instrumento de progresso – a instrução do povo. Essa concepção de uma profissão que se torna instrumento, sem o qual não há progresso, vai se arraigando no meio do professorado em São Paulo. É justamente isso que parece ser o ponto de partida para se exigir o respeito que julgam merecer, e, ainda, é talvez isso que os fortalece na luta por melhores condições de trabalho. Dessa forma, é alegando defender interesses relacionados com essa trinômia, que a Associação vem tramando seu debate por meio da Revista, debate esse que vai, como se percebe, ficando cada vez mais acirrado.

De fato, eles não ficaram de braços cruzados, pois os professores entraram com uma ação no Judiciário para se fazer observar seus direitos. Isto pode ser observado na *Revista de Ensino* (1909a), a partir da página 6, onde consta um parecer, dirigido ao juiz e favorável aos professores, da comissão de finanças do Senado Federal, sob nº. 301, de 15 de outubro de 1908. Segundo consta, fora publicado no Diário Oficial da União no dia 17 do mesmo mês, de onde foi extraído pela Revista.

A Associação não será a única a defender o professorado e a emitir opiniões sobre a situação do ensino público. Os inspetores oficiais do ensino, em seus relatórios publicados nos Anuários, irão apontar como parte da estratégia para se melhorar o ensino, a observação dos direitos dos professores e melhoria de suas condições. Ambos, na defesa que fazem, irão destacar a importância do papel do professor para o progresso da República e também na sua participação na produção de leis sobre o ensino.

3.1 Uma Concepção de Profissão Elevada

Na concepção dos autores que escreviam na *Revista de Ensino* os assuntos relativos à educação escolar representavam uma discussão elevada, que deveria ser discutida por pessoas elevadas, que entendessem desses “assuntos do alto”, e que conhecessem bem essa realidade.

Isso se percebe na fala do Inspetor Geral João Lourenço Rodrigues, ao caracterizar a Inspeção e a sua função que era a de orientar o governo no processo de modelização do ensino.

Constituída por um corpo de professores, a ella competia orientar a ação do governo, aconselhando-o de acordo com os ensinamentos da pedagogia moderna e, mais ainda, com as sugestões práticas oriundas da própria observação e experiência. Em contato com a realidade, conhecendo de visu o nosso meio escolar e suas necessidades internas, os professores são os únicos competentes para dizer até que ponto as theorias podem ser aceitas no terreno da aplicação¹⁷. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907-1908, p. 7)

Ao longo do tempo, foi-se consolidando a ideia de que as leis do ensino deveriam ser elaboradas pelos profissionais do ensino e que as propostas só deveriam, de fato, ser convertidas em leis, depois de ampla discussão e experimentação pelos professores, tanto nas questões pedagógicas como nas questões relativas às normas.

No editorial da *Revista de Ensino* (1904d), intitulado de “A reforma”, os legisladores são taxados de ignorantes em relação à matéria de ensino sendo, portanto, incapazes de legislar sobre o assunto. Sugere-se que as leis não devem ser votadas sem ampla discussão na imprensa, congressos etc., para que se tenha clareza do que se há de conservar, restabelecer, inovar ou abandonar.

¹⁷ Segundo Dominique Julia, normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação. (JULIA, 2001, p. 10)

A questão da incompetência dos legisladores em matéria de ensino, e o entendimento de que esse seria um terreno sagrado, que só deveria ser pisado por aqueles que entendem do assunto são temas fartamente discutidos na Revista e nos Anuários. Estão, sem dúvida, relacionados à ideia de que somente os professores deveriam cuidar dos assuntos relacionados à educação.

No editorial da *Revista de Ensino* (1904f, p. 6), os reformadores são classificados como vaidosos e encastelados que não consultam os profissionais da educação e acabam por produzir reformas desastrosas, nulas e contraproducentes, seguindo no caminho contrário do que seguiram os primeiros legisladores, provocando a decadência do ensino público. Como resultado “produzem leis antagônicas e sofisticadas que não atendem **aos interesses do estado, do ensino popular e do professorado**”. (grifo do autor)

O editorial da *Revista de Ensino* (1904e), intitulado “O fim”, traz uma analogia entre a República e um edifício cujo alicerce é a instrução do povo. Critica-se a falta de planejamento dos legisladores ao reformarem o ensino público e, também, a falta de um espírito de justiça e equidade, fato que na visão do articulista porá um fim no alicerce da República, a instrução do povo. Aí a conclusão é óbvia: cai o alicerce, cai o edifício.

Na *Revista de Ensino* (1904g), estão presentes as opiniões e sugestões do professorado, em resposta a uma consulta feita por Arthur Breves, presidente da Associação, em relação às reformas na Instrução Pública.

Benedito A. Brasileiro, professor na cidade de Lorena, diz que “enquanto os projetos de reforma sobre instrução pública forem convertidos em lei, independente d’um estudo profundo, os resultados serão negativos concorrendo para aumentar a confusão que se observa na legislação escolar”. (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 518)

Esse comentário é feito, em coro com tantos outros, pelo fato de se entender que o congresso não dá aos assuntos da instrução pública a mesma atenção que dá a outros assuntos.

Antes, porem, de encitarmos qualquer reforma decisiva, precisamos atender a **condição social** e atribuições dos educadores, as quais variam conforme os tempos e o estados das civilizações dos povos. [...] Para que a instrução pública seja uma realidade [...] é indispensavel [...] que o mestre se considere feliz, garantido plenamente nos seus direitos, vendo diante de si **honras e acessos** que lhe impulsionem as aspirações que todo homem deve ter para ser digno de existir, que considere também sua missão a mais patriótica e humanitária, **a sua posição a mais nobre de todas as posições sociais**. Mas para isto, é indispensavel que os nossos direitos sejam respeitados e as nossas prerrogativas restabelecidas, de modo que o professor possa viver tranqüilo no desempenho da sua árdua missão. (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 518-519, grifo do autor)

Pelo fragmento, nota-se que o entendimento de que o professor tem que ter uma condição social compatível com o caráter elevado da profissão, status esse cuja manutenção se justifica pela nobreza da profissão, não é um entendimento somente da diretoria da Associação, mas de alguns professores como veremos.

A representação da profissão docente como uma profissão de caráter elevado aparece já no primeiro número da Revista, em um artigo assinado por Ramon Roca Dordal em que ele cita o relatório do inspetor E. M. Arantes. “Os anos decorridos [...] conseguiram demonstrar que o professorado paulista, assim auxiliado, sabe desempenhar-se **da elevada missão a elle conferida**”. (REVISTA DE ENSINO, 1902a, p. 29. grifo nosso)

Vem também a preocupação com a fuga de bons profissionais que buscarão segurança em outra carreira. “Pela falta de pagamento a altura do cargo o resultado foi afastar-se do magistério o pessoal idôneo, porque o indivíduo, que deseja collocar-se á altura de um cargo, como o de professor publico, não pode viver com 60\$ ou 70\$ mensaes”. (REVISTA DE ENSINO, 1902a, p. 29)

Além do temor, já referido, de que a população perca o respeito pela profissão, parece haver também um temor de que o próprio professor, alimentando esse sentimento de desprezo que o Estado lhe dá, passe a desconsiderar a profissão.

Obedecendo as leis da evolução que regem a humanidade, devemos trabalhar pelo aperfeiçoamento e prosperidade da classe, transformando-a numa verdadeira carreira, em que o trabalho, o merito e a virtude tenham a justa e merecida recompensa; em que as posições mais salientes sejam confiadas áquelles que mais amor revelem pelos estudos, mais perseverança no trabalho e mais zelo no cumprimento do magistério. (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 518)

Questões relativas à vitaliciedade, à carreira, aposentadoria, pensão organização e funcionamento estão sempre em pauta, mas o centro das discussões, quando se fala de reforma, são as condições de trabalho e os vencimentos dos professores que, pelo que parece, não são suficientes para “suas necessidades materiais”.

O professor Ernesto Lopes da Silva ao se manifestar diz:

Não queremos luxo, como não pretendemos fazer figura no mundo elegante, mas precisamos manter a decencia correspondente á nossa posição social (...) nos colloquem a salvo da miseria, pois á necessiadade colloca o homem em posição humilhante, o que por certo não condiz com posição de um educador (...) qualquer reforma de instrucção publica deve ter por base como ponto de apoio, assignar a independência do professorado, já quanto aos meios de sua subsistência, de modo a viver modestamente, mas com decoro indispensável (...). (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 525, grifo do autor, p. 525)

Como se percebe, manutenção da posição social, independência do professorado e salário digno da elevada profissão são elementos sempre presentes na discussão por melhores condições.

A ideia de que só o professor tem a experiência necessária para decidir questões relativas à instrução pública não é somente da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, mas também do professorado.

Na primeira edição de 1905, ao responder à consulta ao professorado, Francisco Luz faz um largo comentário sobre as reformas no ensino e a situação em que essa deixou os professores. Reforça a ideia de que só um grupo de profissionais competentes, entendidos no assunto, poderiam dar continuidade ao que Caetano de Campos começou. Salienta que o professor precisa de respeito e consideração que precisa ser ressarcido de suas perdas salariais para que ocorresse a regeneração do ensino.

Deu-se, pois, o inicio de uma serie de reformas e, dentre ellas, na capital do nosso Estado, uma pleiade de homens ilustres e opperosos occupou-se seriamente de reformar o ensino publico, tendo conseguido em parte seu nobre desideratum. São fatos do domínio de nossa observação os resultados bellissimos produzidos pela nova orientação, que serviu de base a referida reforma¹⁸. Effetivamente estava delineado com clareza o plano que deveria levar o ensino primário a um grao tal que correspondesse perfeitamente ao ideal dos reformistas. O systema indicado tinha, porém, devido a complexidade do assumpto, imperfeições que só o tempo e a prática poderiam corrigir; mas, essa correção deveria ser feita por **autoridades competentes e com pratica do magistério**. Essa necessidade não foi, porém, attendida, porquanto, assunto de tamanha importância como o de que tratamos, jamais deveria estar affecto exclusivamente a funcionários que pouco se interessam pela matéria e que, portanto, não podem dictar leis sobre ella. Em consequencia do pouco interesse ligado as questões de ensino succederam-se reformas absurdas que só podem produzir resultados funestos e, quem sabe quantos apparecerão ainda? [...] Infelizmente pesa sobre os professado uma grande descarga de **desconsideração** [...] O Governo do Estado, por sua vez, tem contribuído nestes ultimos tempos para o **desprestigio** da classe do professorado. Cortou-lhe os vencimentos, tirou-lhe as **garantias** e porisso, ella esmorecera certamente no seu enthusiasmo pelo trabalho [...] reduziu o professorado a um juguete dos seus caprichos pondo-lhe diante dos olhares um futuro cheio de horrores e misérias [...] seja feita justiça ao professorado publico, compensando dignamente o seu trabalho e verificar-se-á a **regeneração do ensino**". (REVISTA DE ENSINO, 1905a, p. 623-624, grifos do autor)

A insistência em enfatizar a incompetência dos legisladores com relação às feitura de leis sobre o ensino, falando-se sempre em deixar isso a cargo de profissionais do ensino, vem acompanhada de um sentimento de desprestígio por não terem, os educadores, podido participar daquele processo. A leitura do texto de Francisco Luz mostra que, ao invés de

¹⁸ A reforma citada é a de Caetano de Campos.

aperfeiçoar o ensino, como era preciso acontecer, acabaram por deformá-lo, principalmente no que se refere às garantias do professorado.

Ao mesmo tempo em que o professorado defende a necessidade do estímulo e da remuneração compensadora exalta a grandiosidade dos serviços por eles prestados à sociedade.

Deixa claro que a intenção não é transformar o magistério em uma carreira pecuniariamente lucrativa, mas de conservar sua condição moral a sua natureza elevada.

Não queremos, com isso, dizer que se transforme o magisterio publico em uma carreira pecuniariamente lucrativa, mas desejamos que o professor seja condignamente retribuído e que o cerquem das garantias imprescindíveis para que elle possa, sinão aperfeiçoar, ao menos conservar intactos os predicados moraes reclamados pela natureza de seu ministério [...]. (REVISTA DE ENSINO, 1905c, p. 695, grifo do autor)

Apoiado na ideia de que o problema não é de ordem pecuniária, por só se pretender um salário digno, esse conjunto de faculdades morais que produz um profissional forte, com disposição de espírito, energia e ânimo para suportar as dificuldades, aparece em oposição ao que seja material, sendo sustentado pela inteligência e pelo espírito.

Enquanto os articulistas da *Revista de Ensino* queriam garantir aos professores o status de uma classe seleta que se firmava por meio de um relevante serviço prestado à República, e de uma competência incontestável, também pretendiam que aqueles que denegrissem o nome da classe fossem eliminados. Isto nos permite concluir que, na visão deles, todos os membros da classe deveriam ser possuidores dos atributos técnicos, morais e da conduta irrepreensível que afirmavam ter, para que se pudesse garantir a liberdade de ação inclusive para produzir as leis a respeito do ensino.

As garantias a que aspira a maioria do professorado publico, ou antes, a minoria pensante e consciente, não podem nem devem, sem duvida, ser consideradas absolutas; por meio de processos disciplinares e pela applicação gradual das penas facilmente se eliminarão do magistério publico os professores reconhecidamente relapsos no cumprimento de seus deveres e, bem assim, os que no fim de alguns anos não revelarem as aptidões necessárias. (REVISTA DE ENSINO, 1905c, p. 696)

Parece cada vez mais forte a concepção defendida por Gabriel Ortiz de que o professor é um profissional que procede conforme a honestidade e a justiça, que tem bons costumes, comportamento decente, educativo e instrutivo, procurando manter a sensação dos deveres cumpridos perante a sociedade e os de sua classe.

Ao se tomar contato com uma exegese feita sobre o texto legal que mudou a sorte do professorado, tem-se a impressão de que a real preocupação, como já foi visto antes, é de que as más condições provoquem uma fuga dos bons profissionais. Pois, isso resultaria na decadência da instrução pública.

A responsabilidade do artigo transcrito abaixo, assim como em outros, é assumida por D¹⁹.

Vejamos, agora, si a lei n. 930 de 13 de agosto de 1904 veio satisfazer essas aspirações. Admitindo mesmo a hypothese de ter sido dictada pela mais pura intenção do inspirador de suas disposições, não faltaremos á verdade affirmando categoricamente que é ella **a negação perfeita das medidas reclamadas pelo professorado**. Os vencimentos foram diminuídos. O professor, depois de 3 annos de exercicio em escola isolada, poderá ser nomeado adjunto de grupo escolar; com 2 annos de exercicio neste, estará apto para ocupar a directoria, que é pináculo da carreira, ou melhor, da corrida, como muito acertadamente disse um nosso illustrado collega em artigo inserto na Platéa. Depois de 5 ou mais annos de magistério, si o director do grupo, por qualquer circumstancia, incorrer no desagrado de algum **chefete político**, será dispensado incontinentemente pelo governo (art. 22 do Reg. da lei citada) e voltará ao ponto de partida de sua invejável carreira – a escola isolada – isso mesmo si a verba para o provimento destas escolas não estiver esgotada e possuir elle um character bastante flexivel para implorar a condescendencia dos **deuses olympicos**. Os directores e adjuntos de grupos escolares podem ser, pelo mais futil motivo, livremente removidos, pelo governo, que apresentará como pretexto legal a conveniência do ensino (art. 28 da mencionada lei). Em resumo: os professores são muito mal remunerados, estão coagidos por uma disciplina de quartel, sujeitos á vontade arbitraria ou despotica dos dominadores politicos, sem garantias no exercicio de sua profissão, descrentes e preocupados com o dia de amanhã, e, como consequencia, só aguardam a oportunidade para abandonar o magisterio publico e seguir outra profissão em que encontrem mais estímulos e menos dissabores. (REVISTA DE ENSINO, 1905c, p. 696, grifos do autor)

Por detrás das críticas parece estar sempre a preocupação sincera de que se o magistério não fosse uma carreira respeitada e prestigiada pelo poder público, isso atrairia profissionais que nela ingressariam por falta de opção e que, portanto, não teriam o amor pela profissão, característica de um bom profissional, prejudicando a reputação da classe.

Na *Revista de Ensino* (1905d), está publicado um relatório do presidente da Associação, Arthur Breves, com cerca de 30 páginas, em que ele faz uma análise comparativa do progresso ocorrido na Europa, por conta da influência da filosofia/sociologia e o consequente rompimento com a religiosidade e enfraquecimento do clero, bem como do avanço da educação, especialmente na França, com as condições do Brasil, enfocando questões como: educação popular, reformas da instrução e situação e formação de professores. Cita a gênese da escola normal de Paris, que nasceu do entendimento de que havia:

¹⁹ Temos a suspeita de que “D.” representa uma assinatura conjunta da Diretoria da Associação.

[...] a necessidade de ensinar ao povo os princípios de uma nova ordem social, cuja demonstração é tão rigorosa como a das sciencias mais exactas, e de proporcionar a cada cidadão o conhecimento das chamadas altas sciencias, porque a natureza não recusou a todos os homens uma intelligencia commum; reconhecendo que, para tornar effectivo o ensino por meio de novos methodos, era condição essencial formar profissionais capazes de executar o systema de intrucção reclamado urgentemente pelos interesses sociais. (REVISTA DE ENSINO, 1905d, p. 734)

Essa ideia de se pensar uma educação integral pela formação do pessoal qualificado depois se espalhou pela Europa e pela América, mas, na visão de Arthur Breves, pelo que se percebe, no Brasil ainda havia um sistema que contava com uma organização precária. A exceção ficaria por conta do Estado de São Paulo, mas as incoerências da legislação haviam provocado retrocessos.

Em nosso Estado, depois de alguns momentos de relativa prosperidade, as leis decretadas pelo Congresso têm instituído um systema de ensino publico, que, não offerecendo vantagens aos professores, antes reduzindo-lhes a cada passo os vencimentos, os tem amarrado indefesos ao carro da politica de campanario, consolando-os com festas e jogos de foot-ball. Penso que deste modo a instrução do povo e, pois, a Republica, vai retrogradando. E assim como os republicanos sinceros não devem desejar a satisfação de seus interesses individuais e immediatos, quando estes não se podem alliar aos da Republica, também os professores devem revestir-se de interesse e de civismo com o intuito de obterem, por meio de perseverante reação contra o actual estado de cousas, medidas que os salvem das privações que os aguardam e de uma completa desorganização em matéria de ensino. Profissionais de que a sociedade exige hoje preparo tecnico e grandes somas de conhecimentos estão, certamente, aptos para emprehender tão nobre tarefa quando útil e conveniente ao povo. (REVISTA DE ENSINO, 1905d, p. 736-737)

Aqui parece estar presente o intento de convencer os professores de que defender o ensino e lutar pelos seus direitos é um ato de civismo que se espera do professor republicano. Se o avanço de uma república depende da educação do povo, mas aqueles que a governam relegam a instrução a último plano, resta somente apelar para o patriotismo do professor que, encarando o caráter messiânico de sua função, não desanima ao se dar conta do futuro degradante que o aguarda, mas vai à luta tentando mudar a realidade. Na *Revista de Ensino* (1906a, p. 793), há um lamento por conta da decadência em que se encontra o ensino em São Paulo. “[...] é doloroso observar como, hoje, vai ruindo por terra o **edifício** que, com tanto patriotismo e abnegação, quase foi terminado, sob o influxo de tão louváveis esforços, que só visavam a Republica de facto e o bem estar do Povo”. (grifo do autor)

Obviamente, o edifício aqui mencionado não é físico, trata-se do ideário a respeito do sistema escolar construído ao longo do tempo. É resultante de uma experiência que acabou por

produzir uma “cultura escolar”²⁰, que foi muito específica no estado de São Paulo e que acabou por servir de modelo para outros estados do Brasil. Isto pode explicar a rejeição dos profissionais do ensino às reformas implantadas.

Uma questão a fomentar a luta é que se a função educativa tem um determinado valor que lhe confere o estatuto de “coisa sagrada” e “o mais potente instrumento de mudanças sociais”, há que se questionar os maus tratos aos membros da classe.

O constante chamado para uma reação à “hostilidade” contra o professorado vem emaranhado com um sentimento nostálgico, que lembra os momentos áureos vividos logo após a reforma de Caetano de Campos e de como o professor era valorizado naquele período.

A situação ruim do presente e um futuro incerto levam fatalmente a um sentimento de saudade do passado. Esse sentimento pode ser percebido várias vezes na *Revista de Ensino*.

Se a luminosidade do período áureo foi perdendo sua força, deixando os professores numa penumbra, conforme Catani (2003) procura demonstrar em sua tese de doutoramento, é natural que este grupo de profissionais se mobilize frente às ações desastrosas dos legisladores conforme consideram os articulistas da *Revista de Ensino*.

No editorial da *Revista de Ensino* (1902b, p. 383), João Chrysostomo B. dos Reis Junior revive esse momento, referindo-se a ele como período verdadeiramente áureo, expressão comentada também por Catani (2003, p. 29-30). Reis Junior escreve o editorial em comemoração ao 20º aniversário de reabertura da Escola Normal, fazendo referência à reforma realizada por Campos. “É com a consecução desse sublime desiderando (sic) que começa o período verdadeiramente áureo do Estado de S. Paulo. É depois desse grande movimento que vemos sahir das academias e escolas de curso superior, moços ainda imberbes e com a orientação de homens perfeitos”.

Na *Revista de Ensino* (1906a, p. 791), há um artigo, nostálgico, intitulado “De quem é a culpa”, que também relembra o “período áureo” da educação no Estado de São Paulo, momento em que o professor era valorizado e a instrução pública era considerada a mola propulsora da República.

Na edição (1907, n.º 4, ano VI, p. 5), em um artigo assinado por L.C., fala-se que no período áureo os professores eram animados e aplicados ao trabalho:

Os professores muito se interessavam pelo ensino, trabalhando não só durante as cinco horas diárias exigidas pelo regulamento, como ainda em suas próprias casas

²⁰ Viñao Frago (2003, p. 89) diz que a implantação de uma mudança ou inovação só tem lugar quando as propostas coincidem com os interesses corporativos e a cultura profissional dos docentes que possuem um conjunto de tradições e práticas com certa continuidade ao longo do tempo.

até altas horas da noite, já corrigindo e anotando provas e composições de alunos, já estudando os melhores meios de inculcar novos conhecimentos no espírito infantil. Havia o estímulo; tínhamos conferências mensais em que podíamos expor livremente nossas opiniões sobre matéria de ensino; éramos cordialmente recebidos pelos membros do governo não só nas secretarias, como em suas próprias residências. Mas, mudam-se os tempos e com eles mudam os homens. (REVISTA DE ENSINO, n.º 4, ano VI, p. 51907)

A *Revista de Ensino* (1907, p. 104, traz o pronunciamento feito pela professora Maria Reis, na festa de inauguração do Grupo Escolar S. Simão. Ela não usa a expressão período áureo, mas lembra-se dele com saudade.

João Lourenço Rodrigues (1930, p. 403) reconhece como período áureo da instrução em São Paulo, o espaço de quase cinco anos em que Gabriel Preste foi o diretor da Escola Normal (1883-1897).

Leonor Maria Tanuri (1979, p. 79) diz que “desde os primórdios do novo regime os estadistas e educadores paulistas voltaram o melhor de suas atenções para o ensino primário e formação de seu magistério, idealizando um sistema de organização qualitativamente superior à medida das possibilidades e limitações da época”.

Ao longo do tempo, os professores mantiveram a crença de que a educação tem um papel fundamental para o progresso da República e, portanto, deveriam receber todo incentivo e apoio do governo que deveria, pelo menos, respeitar seus direitos adquiridos. Quando isso não acontece, a Associação Beneficente do Professorado sai à luta por melhores condições de trabalho, recuperação salarial e garantias contra os abusos que os assombram e aterrorizam.

Eles fazem questão de salientar que a luta não tem feição pecuniária, mas que se trata de defender o magistério de uma fuga provocada pelas más condições, falta de garantias e salários reduzidos.

Marta Maria Chagas de Carvalho (2003, p. 11) diz que “A escola foi, no imaginário republicano, signo de uma nova ordem, arma para efetuar o progresso”.

Se no período áureo a escola é considerada signo do progresso e o professor é um profissional valorizado e reconhecido, isso pode permitir o entendimento de que a questão não era somente pecuniária. Parecia haver um certo medo que se o professor se acostumasse a conviver com o desrespeito por parte do poder público, logo teria que conviver também com desrespeito da população.

3.2 Em Busca de Garantias

É recorrente o entendimento de que se a carreira não garante bons salários e estabilidade, não irá atrair bons professores, prejudicando a qualidade do serviço prestado, o que poderia ferir a reputação da classe.

Como mostraremos a seguir, o debate analisado insiste em demonstrar que os legisladores não trabalham pelo aperfeiçoamento e prosperidade do professorado e as reformulações que afetam as condições de trabalho produzem uma lei que não oferece seguridade. Uma sombra onde o mestre possa se sentir abrigado das arbitrariedades dos legisladores, aliás, cada vez mais se tem a impressão de estarem assombrados pela falta de segurança.

Parece que defender os direitos adquiridos significaria proporcionar condições de trabalho, ou seja, condições para que os professores pudessem trabalhar sem assombro e confiantes na sombra que a lei pode oferecer.

No primeiro artigo sob esse título, que consta na *Revista de Ensino* (1902a), Alves Pereira²¹ faz menção ao relatório do inspetor E. Arantes²² que salientava a necessidade de rodear a classe de garantias, para atrair os professores mais competentes. Louva essa preocupação que o poder público, mais antigo, teve com o professorado, procurando garantir nas disposições legais certas regalias que, na visão de Alves Pereira, autor do artigo, servia agora como proteção para a classe, contra as ações arbitrárias do poder público mais recente. Diz ele: “as novas disposições deixam margens a perseguições aos professores que não se sujeitam ao despotismo de cabos políticos intransigentes”. (REVISTA DE ENSINO, 1902a, p. 19)

Uma outra questão que aparece é que nas regulamentações das leis modifica-se seu espírito, ferindo-se os direitos adquiridos dos professores. Segundo Alves Pereira, no regulamento de janeiro de 1898 foi outorgado ao governo o poder de dispensar professores de grupo, independente de qualquer formalidade. Por meio do artigo, vai tomando posição de defesa do professorado e tentado dar uma visão geral da situação. Entre as questões debatidas, está a das perdas salariais sofridas pela classe desde o início da República.

²¹ Antonio Rodrigues Alves Pereira era membro da diretoria da Associação, inspetor oficial do Estado e redator efetivo da *Revista de Ensino*.

²² Emilio Mario de Arantes era inspetor oficial do Estado e membro da diretoria da Associação.

O pivô da discussão são as más condições a que os professores são submetidos, o que provoca o “[...] o afastamento do pessoal mais competente, que buscará em outras carreiras melhores compensações para o produto de sua inteligência e de sua atividade.” (p. 21)

Alves Pereira diz que o desejo que tem com o artigo é o de dar o sinal de alarme contra as tendências de se ferirem as regalias do professorado e de incitá-los a reunir esforços para que se garantisse na lei a seguridade contra eventos que os prejudicassem.

Entende ele que a lei, se favorável ao professorado, seria um foco capaz de atrair melhores aptidões para o magistério que se elevaria no conceito público. Ressalta que o professor precisa ser protegido, pelo poder competente, contra os ataques motivados por interesses partidários e que, para isso, precisam se unir, levando aos poderes competentes, suas reclamações, servindo-se da palavra e da imprensa.

Em seu artigo publicado sob essa mesma epígrafe na *Revista de Ensino* (1902c, p. 645), Alves Pereira retoma as questões debatidas, acima mencionadas reforçando a discussão sobre eventos que colocam os professores em condições desfavoráveis de trabalho.

Ao que parece, o debate no entorno do assunto, Garantia ao Professorado, alcançou o propósito de despertar a classe para debater questões relativas aos seus direitos, pois, após a publicação do artigo de Alves Pereira, a discussão tomou corpo e uma porção de outros artigos seguiu no mesmo movimento.

Na *Revista de Ensino* (1903c, p. 128), avançando o assunto, Gabriel Ortiz fala da descrença que invade a alma do professor. Fala também dos bons professores que se apoiam no magistério como um degrau para alcançar outras profissões que lhes garantam tranquilidade no futuro, pois ao passo que o poder público lhes cria obrigações lhes nega as regalias. Diz ele:

Ao fim de afanoso preparo profissional, ao iniciar a lucta pela vida, os róseos sonhos do preceptor desfazem-se, como fantásticas nuvens, ao deparar-se-lhe na petição de provimento um – ESPERADO - ou ao saber que o provimento é problematico, que foi adiado para... quando houver oportunidade.

Segue dizendo que o professorado precisa de leis que lhes garantam sombra sob as quais possa cumprir fielmente seus deveres. Fala das personalidades “afetadas” dos mestres que é passada para a escola e, fatalmente, para os alunos.

Ressalta que a insistência em se falar do sequestro do aumento

não tem feição pecuniária” e que sua finalidade é chamar a atenção para “certas disposições da lei n. 220 de 26 de agosto de 1897, cujo regulamento baixo com o decreto n. 518, de 11 de janeiro de 1898. Até então, em virtude de disposições do

regulamento de 27 de novembro de 1897, baixado com o decreto n. 218, o professor era vitalício no cargo, o qual só poderia ser demitido em virtude de processo disciplinar ou a pedido. (REVISTA DE ENSINO, 1903c, p. 128)

O artigo 56 do regulamento de 11 de janeiro dispõe: “As escolas absorvidas pelos grupos escolares deixarão de ter existência própria, e serão eliminadas do quadro geral das escolas, passando os respectivos professores, que forem efectivos, a ser considerado como adjuntos do diretor”. (REVISTA DE ENSINO, 1903c, p. 128)

Segundo o artigo 65, os adjuntos poderão ser dispensados, quando seus serviços se tornarem desnecessários ou quando assim convier ao ensino. (REVISTA DE ENSINO, 1903c, p. 128)

Como se pode perceber, após a criação dos grupos escolares, a sorte dos adjuntos mudou, ficando eles à disposição dos diretórios políticos e dos diretores inescrupulosos.

Na *Revista de Ensino* (1903d, p. 205), Ortiz torna a avançar a questão dando a entender que o legislativo mais antigo melhorou as condições salariais e de formação de um professor mais bem preparado, criando normas que o protegiam de abusos políticos, o que agora não era respeitado pelos novos legisladores.

A partir do artigo publicado no número anterior²³ traz uma frase de Rousselott que diz: “O estado deve-nos o respeito de nossos direitos e a proteção de nossos interesses legítimos”.

Salienta que a “lenta acumulação de acções nascidas do embate das idéias deu o regulamento de 27 de novembro de 1893, modificando profundamente o ensino oficial do Estado”.

Como se percebe, o assunto vem sendo discutido ao longo das publicações da Revista, tendo em vista bem mais que uma luta por uma recuperação salarial e melhores condições para o professor. A luta, na verdade, é um movimento para conscientizar os professores das ranhuras que as reformas vão provocando na reputação que a classe conquistou aos poucos e, agora, aos poucos, vai perdendo em consequência da falta de interesse da classe por essas questões.

O editorial da *Revista de Ensino* (1903e) traz uma crítica à lei de orçamento que, para equilibrar a receita com despesa do futuro exercício, irá reduzir de 10% a 20% os vencimentos dos professores públicos.

Diz que, apesar de parecer equitativo por se estender aos demais empregados estaduais, é a mais cruel possível em relação aos professores. Há pouco tempo já haviam

²³ REVISTA DE ENSINO, 1903c, p. 128

sofrido perdas por conta da revogação do artigo 126, da lei de 8 de setembro de 1892, em que eram asseguradas as vantagens, beneficiando o professorado com aumentos que aconteceriam de acordo com tempo de serviço prestado.

Na *Revista de Ensino* (1904a), encontra-se a transcrição de tópicos do discurso do deputado Antonio Mercado, em defesa do professorado mediante a lei de orçamento. O deputado tece uma longa argumentação combatendo a atitude do governo, alegando que, se houver uma quebra de contrato legal, os professores têm direito a indenização.

Ao manifestar seu modo de pensar em relação ao projeto diz que “Elle ataca os direitos adquiridos dos professores, elle é inconstitucional, elle fere o direito que todas as leis reconhecem, que ninguém até hoje, no Estado de São Paulo, poz (sic) em duvida: o direito á vitaliciedade do professorado publico”. (REVISTA DE ENSINO, 1904a, p. 423-436) A *Revista de Ensino* salienta que, ao terminar o discurso, ele recebeu muitos vivas e aplausos.

O editorial da *Revista de Ensino* (1904b) atribui um caráter dramático à discussão. “Tiramos ao mestre um bom pedaço do seu já minguido pão. [...] Tornamos ainda mais pesada a cruz que o pobre mestre carrega sem uma queixa, a ouvir os hynos que elle próprio ensinou ás creanças pra suavizar-lhe porventura o leve trabalho do estudo! [...]”

Aqui se exalta o caráter messiânico da profissão de professor que como um cordeiro vai mudo para o matadouro sem queixa ou murmuração.

Na visão da Associação, conforme se vê na Revista, impôs-se ao professorado uma diminuição de vencimento, sob pretexto de economia, fazendo pesar sobre a classe a responsabilidade pela má situação financeira do Estado.

Acusam, ainda, o Congresso de subvencionar entidades religiosas, transparecendo um interesse pelas escolas de iniciativa privada em detrimento da pública, contrariando assim o interesse do povo.

Emilio A. Ferreira, ex-diretor do grupo escolar de Limeira, apesar de ter pedido demissão por ter sido removido contra a vontade, não omite sua opinião. “Tivesemos instrucção e as coisas caminhariam de outro modo: não teríamos este novo feudalismo sob o qual vivemos”. (REVISTA DE ENSINO, 1904b, p. 536)

Ao falar de sua indesejável remoção, que ocasionou seu pedido de demissão, se refere à política como uma “hydra que tudo destrói”. Sugere que o ensino seja administrado por professores e que as leis, regulamentos, programas e horários sejam confeccionados por um congresso de profissionais do ensino, o qual estaria sob fiscalização de um conselho que estaria na direção suprema do ensino.

Dá opinião sobre a organização e funcionamento do ensino, dizendo que o professor deve ser **vitalício, inamovível e independente** além de propor modificações na **lei de carreira**.

O assombro aumenta sempre que o legislador decide transpor os limites impostos pelos direitos adquiridos, violando as condições do contrato firmado com os funcionários, reduzindo desigualmente os salários. Pois, no caso dos professores, já havia ocorrido uma redução por conta da supressão da lei que lhes concedia aumentos por tempo de serviços prestados.

A faculdade ampla que tem o legislador de reformar as leis só encontra um limite – o dever de respeitar os direitos adquiridos á sombra das leis anteriores, porque o mais poderoso laço dos homens reunidos em sociedade é a certeza de que seus direitos são respeitados. (...) Entretanto o congresso legislativo republicano do Estado de S. Paulo, sob pretexto de que eram más as circunstancias financeiras, fez a lei retroagir, violando as condições de um contrato que havia firmado com os funcionários públicos, reduzindo-lhes desigualmente os vencimentos, ferindo-lhes um direito incontestável e incontestado. (REVISTA DE ENSINO, 1905b, p. 648)

O problema parece se agravar ao passo que uma medida, que a princípio deveria ser circunstancial, vai se tornando definitiva e assombrando ainda mais os professores.

Em uma petição dos professores dirigida ao Congresso, onde tentam uma sensibilização em relação à difícil situação da classe, esse temor aparece bem caracterizado.

Essa medida sabiamente adoptada em vista das circunstancias econômicas e financeiras por que passava o Estado, e que o poderiam collocar em serias dificuldades, não teve, e nem poderia ter, o character de definitiva; foi um recurso de ocasião, previdente, muito justificável, ante as apprehensões de legisladores conscios da sua missão politica e social. Contra ella os professores não se revoltaram, mas apenas manifestaram o receio de que se tornasse definitiva uma redução de vencimentos que tanto os prejudicava [...] Estudado pelo aspecto juridico, o desconto de 15% si fosse definitivo iria ferir um principio de direito civil acceto e ai evidencia demonstrado por todos os especialistas, na materia, isto é, que a lei não pode retroagir e alterar as relações de direito estabelecidas em leis anteriores, a menos que não ponha em anarchica instabilidade os interesses sociais. (REVISTA DE ENSINO, 1905b, p. 648)

Consoante com a questão das garantias, o discurso em torno do aperfeiçoamento da lei de carreira vai ganhando corpo, pois parece que no entendimento dos professores a autonomia e liberdade pretendida poderiam ser viabilizadas por um plano de carreira. No discurso, procuram respaldo na comparação com outras profissões importantes, que, na visão deles, estão no mesmo nível social que um juiz, por exemplo.

[...] desejamos que seus vencimentos sejam augmentados proporcionalmente ao tempo de exercicio, de modo a equilibrar as despesas [...] queremos que se faça do

magistério publico uma carreira, em que a promoção aos cargos de insperctor escolar, de membro do conselho superior, de director do ensino publico e de outros que a lei estabelecer neste ramo da publica administração, proporcione, sem retrocesso ou inteiridade, aos professores mais dedicados e já encarnecidos na ardua tarefa de instruir e de educar a infancia trabalhos mais suaves e compensadores nos últimos tempos de existência. Não é exagerada nem tão pouco inexequível a nossa aspiração, uma vez que na magistratura e no funcionalismo publico já estão estabelecidas as promoções e com ellas o augmento gradativo dos vencimentos. **A profissão de instruir e educar não é menos nobre do que a do julgador, e si este não pode bem desempenhar a sua função social sem uma relativa independencia, muito menos o professor poderá inculcar noções de moral e civismo nos seu discipulos para formar bons caracteres e cidadãos dignos deste nome si não tiver ao abrigo das investidas traiçoeiras dos elementos corruptores do meio em que vive.** (REVISTA DE ENSINO, 1905c, p. 695, grifos do autor)

José Feliciano fala que as constantes mudanças nas leis e regulamentações sobre o ensino tornaram o “meio inconstante”, e que, por conta de um “regimento instável”, produziram-se professores “desanimados.” (REVISTA DE ENSINO, 1907, p. 7)

Na segunda edição de 1909, Costa Braga faz um apelo para que se garanta, na lei, um futuro tranquilo aos professores:

Cercai de sólidas e seguras garantias a nobre, mas sempre abrolhosa carreira do magistério publico; e, por previdentes e insophismaveis leis, oriundas dessa sábia assembléia, abrigai o futuro, ate hoje tão dúbio, tão incerto, tão cheio de afumadas nuvens, do professorado, dessa classe de dedicados e operosos servidores do Estado, garantindo uma velhice mais desassombrada e menos andrajosa áquelles que tantos e tão valorosos serviços dedicadamente vão prestando para a cimentação do progredimento(SIC) e grandeza da Patria! (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1909b, p. 25)

Os inspetores do ensino também demonstram preocupação com a instabilidade que a lei provoca. Muito embora, no discurso, eles demonstrem mais preocupação com a situação dos professores das escolas isoladas e os prejuízos na sua forma de funcionamento.

No Anuário de 1907-1908, João Lourenço Rodrigues, Inspetor Geral, aponta, como solução para o problema da instabilidade dos professores das escolas isoladas, uma harmonização entre os interesses do Estado com os dos professores. “[...] o meio pratico seria dar aos professores suburbanos, depois de um anno de effectivo exercicio, vencimentos iguaes aos que teriam de perceber, dado o facto de sua promoção para as escolas de sede de município”. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907-1908, p. 28)

O inspetor João Chrysostomo B. dos Reis Junior critica a lei de carreira e enumera os seus maus efeitos, que na opinião dele enraízam no espírito do professor a preocupação empolgante de – “fazer tempo” – única exigência que lhe é imposta para melhorar de condição.

Ora, como é bem de ver, a lei de carreira provoca, estimula e determina a instabilidade dos professores, maximé nas escolas de bairro, o que constitue evidentemente insuperável obstaculo a qualquer criteriosa organização de ensino. Outro defeito da lei: com o manietar o professor na livre eleição de uma escola do seu agrado, produz-lhe o descontentamento, que rouba ao seu trabalho de mestre os melhores incentivos, decorrentes da espontaneidade auspiciosa no escolher uma collocação, segundo o proprio critério. (p. 398)

Na mesma edição, o inspetor René Barreto faz notar que diferentemente do que ocorre nos grupos escolares, onde aos professores são conferidas melhores vantagens, desfrutando de um ambiente de trabalho estimulador, o professor na

[...] escola isolada, sozinho para todo trabalho, cheio de despesas e responsabilidades, baldo de experiências, de guia e de conselhos, trabalhando muitas vezes em um meio, onde a sua simples estada já constitue sacrificio, nega-se-lhe tudo: material, remuneração digna, descanso sufficiente. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1907-1908, p. 28, p. 400)

No Anuário de 1908-1909, Ramon Roca Dordal diz que “se quisermos uma nação de homens fortes, resolutos e entusiastas, precisamos que o professor primario tambem o seja, o que so conseguiremos obter, si elle ensinar confiante na garantia que o futuro lhe offerece”. (p. 74)

3.3 A Luta pela Recuperação Salarial

Como se percebe, tanto na *Revista de Ensino* quanto nos Anuários essa discussão sobre a violação dos direitos e das garantias do professorado e das difíceis condições de trabalho vem atravessada pela questão de perdas salariais (ANEXO B) e das dificuldades financeiras que a República atravessava naquele momento.

Alves Pereira fala da alteração monetária dos produtos, que, por sua vez, provocou a perda monetária dos salários (ANEXO A) “Quando, depois da proclamação da Republica, o desenvolvimento do nosso país produziu alterações no valor monetário de todos os productos houve um movimento em favor do augmento do valor monetário do trabalho.” (REVISTA DE ENSINO, 1902a, p. 21)

Algo que pode ser percebido ao se pesquisar em outras fontes históricas (FURTADO, 2001; PRADO JUNIOR (1987), é que nos primeiros anos da República os estados do sul,

como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo²⁴, gozam de invejável estabilidade econômica, o que antes era privilégio dos estados do norte (fonte?). Mas apontam também que nas primeiras décadas do século XX, devido ao investimento na monocultura do café, por conta da alta aceitação do produto no mercado externo, a economia desses estados vai ser afetada negativamente. A alta oferta do produto vai provocar uma grande desvalorização do café deixando os produtores e os estados “em maus lençóis”.

Celso Furtado (2001, p. 177-179) fala de uma crise econômica nos Estados Unidos, em 1893, que irá afetar o Brasil no período de 1893 a 1906. Essa crise será agravada, no caso do Estado São Paulo, pela chamada crise da superprodução e pela elevação do estoque de café. Os altos estoques provocaram a queda dos preços no mercado externo, que foi de 4,09 para 1,48 libras no período correspondente a 1896 – 1901. Isso colocou os estados produtores em sérias dificuldades econômicas, pois haviam comprado a produção excedente de vários anos para controlar os preços e, agora, com a vertiginosa queda dos preços, seus estoques perderam o valor monetário²⁵.

Semelhante a essa questão do café, no editorial da *Revista de Ensino* (1906^a), há uma discussão sobre a concepção de ensino integral e consequências econômicas de cursos profissionalizantes que despejam muitos profissionais no mercado provocando uma queda salarial. Na *Revista de Ensino* (1905a, p. 597), há um artigo assinado por D. intitulado “Muito bem!”. Ali, as Escolas Complementares são acusadas de baratear os salários pelo excesso na produção de professores.

Transformou-se a capital em ninho de professores para os quaes se creavam logares nos grupos, ainda mesmo sem necessidade. As conseqüências dessa medida desastrada foram, como previamos, a redução dos vencimentos dos professores públicos, a supressão das garantias de que sempre gozavam, os vexames a que os submettem e, finalmente, a desorganização do ensino popular.

No editorial da *Revista de Ensino* (1905b) os efeitos da superprodução de café fatalmente foi comparada com a superprodução de professores. “[...] houve no estado um excesso de produção de professores, como aconteceu com o café, e agora a preocupação de s. exa. é queimar as escolas e professores com intento de fazer economias”.

A questão do barateamento dos salários pelo excesso de produção aparece também no número seis de 1906: “[...] a escola complementar, diplomando, anualmente, cinco levas de

²⁴ Na fonte consultada os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo são considerados Estados do Sul.

²⁵ Sobre as dificuldades econômicas nos primeiros anos da República, ver também PRADO JUNIOR (1987), capítulo 22, p. 218 e *passim*.

candidatos às cadeiras não providas – veiu (sic) baratear o salário, pelo excesso da produção e fazer concorrência á escola normal”. (REVISTA DE ENSINO, 1906b, p. 834)

No ano de 1904, a discussão está acirrada e a críticas aos administradores públicos cada vez mais contundentes, o que nos permitiria afirmar, juntamente com Denice Catani (2003), que o corte no subsídio que o Estado dava à Revista se deu por conta dessa tensão.

No entanto, vários artigos publicados na *Revista de Ensino*, entre os quais queremos destacar o editorial de outubro de 1903 (REVISTA DE ENSINO, 1903e), deixam transparecer que o Estado está em crise financeira, havendo necessidade de se realizar cortes no orçamento, incluindo diminuição de salários. Inclusive, como se viu acima, a lei de orçamento que propõe corte nos gastos públicos está em discussão no Congresso.

Em resposta ao pedido explicação a respeito do corte no subsídio à *Revista de Ensino*,

[...] a explicação foi dada pelo Correio Paulistano nos seguintes termos: Dentro das linhas de seu programa – do programa que tinha ou devia ter, a Revista de Ensino podia prestar á instrução publica beneficios incalculaveis. E acrescentava que entregue á actual direção essa publicação desvirtuara logo os seus intuitos, tornara-se imprensa partidária, adversaria rancorosa do congresso, anunciadora de compendios escolares. (REVISTA DE ENSINO, 1905d, p. 741)

No nosso entendimento não está claro que esta tenha sido a posição das autoridades governamentais.

Para nós, em nenhum momento ficou cristalino, não que houvesse essa necessidade, que o corte ocorreu por conta das críticas trazidas pela *Revista de Ensino* à forma do estado administrar o ensino público. Ao se tomar conhecimento da crise econômica do Estado por meio dos artigos citados acima, indagamos se não seria o corte do subsídio à *Revista de Ensino* consequência, também, de uma sequência de cortes nos gastos públicos.

Nossa suspeita aumenta ao tomarmos conhecimento de um artigo de autoria da diretoria da Associação.

É justo deixar aqui registrado que, tanto o governo passado como o actual, auxiliando a esta Associação, não exigiram daqueles que a têm constituído o sacrificio de suas crenças políticas. É também uma prova disso a subvenção á Revista de Ensino, que tanto tem concorrido para vulgarizar processos e methodos pedagógicos, assim como para despertar [...] a atenção da classe para os defeitos da legislação **escolar**. (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 51, 6 grifos do autor)

Como se percebe, de acordo com o fragmento acima, parece não ter havido por parte do governo nenhum tipo de exigência ou retaliação por conta dos pontos de vista em relação à legislação escolar. Se a própria Revista atesta não ter ocorrido esta pressão, isso pode significar que ela não aconteceu. Vale salientar que esse número da revista já não contava

mais com a subvenção do Estado, o que reforça nossa suspeita de que o corte não tenha se dado somente por desavenças políticas.

Evidentemente, não obstante a autonomia econômica dos estados republicanos, se eles enfrentam crises, isto afeta todo o país e vice-versa, provocando alterações no poder monetário dos salários de todos os trabalhadores, inclusive os dos funcionários da República que, além de não serem aumentados, foram reduzidos.

Ernestino Lopes da Silva, professor em Araraquara, sugere reformar a lei no que se refere aos vencimentos “que tornaram o professor um verdadeiro mendigo... obrigado andar de collarinho e gravata”. Diz também que é preciso “afastar o professor publico da malefica influencia das câmaras e da política”. (REVISTA DE ENSINO, 1904g, p. 5, p. 538)

O tema também é de total interesse dos inspetores, pois o estopim da discussão foi, como vimos, a publicação, na Revista, de um trecho do relatório do inspetor E. Arantes em que ele faz uma apologia aos direitos do professorado.

No Anuário de 1910-1911, João Chrysostomo B. R, Junior, então Inspetor Geral da Instrução Publica, defende uma recuperação salarial para a classe, uma vez que aos demais funcionários públicos que também sofreram uma redução dos salários por ocasião das dificuldades financeiras do Estado, já haviam recuperado seus salários e os professores, não.

Ainda outra medida que considero de urgente necessidade e, ao mesmo passo, de muita justiça, é a melhoria de vencimentos aos professores publicos. Tendo elles sofrido, por força das circunstancias financeiras do Estado, um deconto em seus vencimentos, até agora não tiveram, como teve o resto do funcionalismo publico, o restabelecimento ou melhoria de sua situação economica. Ora, conhecendo eu a extrema boa vontade de V. Exe. e de muitos exmos. Srs. Senadores e deputados no sentido de restabelecer os vencimentos do professorado, conto certamente que não será transferida para mais tarde tão justa e necessaria medida, agora que as condições financeiras do Estado, penso, já não exigem mais este sacrificio de seus servidores, e que o orçamento domestico mais bem equilibrado soffreu um aumento de 25% nas despesas, em virtude da carestia geral. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1910-1911, p. 9)²⁶

No mesmo Anuário (p. 52), o Inspetor José Monteiro Boanova, ao falar na necessidade de melhoria de condições dos professores, ressalta que é preciso rodeá-los de garantias de ordem moral e material. Para ele, nobilitar o professor importa o reconhecimento de seu elevado papel social. Entende que esse reconhecimento é a pedra fundamental em que repousa o princípio de sua autoridade que é essencial à sua missão. Sugere como solução, para melhorar as condições econômicas, a abolição do imposto de 15% criado pela lei nº. 896 de

²⁶ O relatório do Inspetor Geral dos Anuários de 1912 e 1913 traz uma transcrição de parte desse texto, sugerindo as mesmas providências.

30 de novembro de 1907, uma vez que a causa que a determinara já não existia. Destaca que o professor não será um modelo se os proventos do cargo não o permitirem. Ressalta, ainda, que a condição do professor seria, incontestavelmente, uma das determinantes que dominam sobre a boa organização escolar, pois, tais providências permitiriam que as escolas isoladas²⁷ continuassem a prestar um serviço eficaz à causa do ensino e da educação popular.

Aqui percebemos claramente que se pretende que o Estado, ao reconhecer a importância social que tem o professor, o remunere dignamente. É isto que significa rodeá-lo de garantias morais e materiais.

No Anuário de 1910-1911, o inspetor Moysés Horta de Macedo diz que nas escolas isoladas, o professor, para desempenhar suas funções, só poderá contar com o esforço próprio. Elogia a acertada decisão de, onde não foi possível criar Grupos Escolares, pelo fato de as escolas isoladas serem em pequeno número, tê-las reunido com a denominação de Escolas Reunidas. (ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1910-1911, p. 71) Em seguida, na p. 72, aponta como uma de suas sugestões para melhorar esse tipo de ensino, um aumento de salário.

Apesar de a discussão sobre salário apontar para uma preocupação com as perdas da categoria de maneira geral, pelo menos nos Anuários parece haver uma preocupação mais voltada para a situação dos professores de escolas isoladas. Mas mesmo focando a discussão num tipo ou outro de professor, nas condições de trabalho ou nas questões salariais, eles parecem querer mostrar que a preocupação é principalmente com o progresso da República.

Como a discussão sobre perdas salariais é recorrente na *Revista de Ensino* e nos Anuários, construímos o quadro abaixo constando os salários de funcionários dos tipos de escolas que nos permitirá pelo menos uma comparação interna da questão.

Funcionários do Jardim de infância		
CARGO	Sal. Anual	Sal. Mensal
Porteiro de Jardim de Infância	2:400\$000	200\$000
Guardiã de Jardim de Infância	1:200\$000	100\$000
Servente de Jardim de Infância	1:440\$000	120\$000
Professores e Diretores/ Geral		
Professor de escola ambulante	1:800\$000	150\$000
Professor de escola de bairro ou sede de distrito de paz.	2:400\$000	200\$000
Professor de escola situada em sede do município.	3:100\$000	258\$333
Professor de grupo escolar.	3:500\$000	291\$666

²⁷ Nas escolas isoladas o professor arcava com os custos de sua organização.

Professor de escola modelo	3:500\$000	291\$666
Professor de jardim de infância	3:500\$000	291\$666
Diretor de grupo escolar	4:000\$000	333\$333
Diretor/Prof./Func. Das Escolas Normais Secundárias		
CARGO	Sal. Anual	Sal. Mensal
Diretor da Escola Normal	12:000\$000	1:000\$000
Diretor de escola do interior ²⁸	10:000\$000	833\$000
Lente Cathedrático	6:000\$000	500\$000
Lente substituto	3:600\$000	300\$000
Professor Contratado	4:800\$000	400\$000
Auxiliar de trabalhos manuais	1:800\$000	150\$000
Secretário	7:000\$000	583\$333
Bibliotecário	4:800\$000	400\$000
Preparador	2:400\$000	200\$000
Zelador de Museu	600\$000	50\$000
Oficial de Secretaria	4:800\$000	400\$000
Amanuense	3:600\$000	300\$000
Auxiliar do Diretor da Escola da Capital	8:000\$000	666\$666
Professora Inspetora	6:000\$000	500\$000
Porteiro	2:400\$000	200\$000
Contínuo	2:400\$000	200\$000
Servente	1:440\$000	120\$000
Jardineiro	1:400\$000	116\$666
Diretor/Prof./Func. Das Escolas Normais Primárias		
CARGO	Sal. Anual	Sal. Mensal
Diretor	6:000\$000	500\$000
Auxiliar de Diretor	4:800\$000	400\$000
Inspetor	3:600\$000	300\$000
Secretário	3:000\$000	250\$000
Professor	5:400\$000	450\$000
Mestre Contratado	3:500\$000	291\$000
Porteiro	2:040\$000	170\$000
Contínuo	1:800\$000	150\$000
Servente	1:200\$000	100\$000

Fonte: São Paulo (1912).

Para a melhor compreensão da tabela acima recorreremos a algumas fontes que falam sobre a economia do período estudado.

Segundo Caio Prado Junior (1987), o dinheiro do nosso período era o réis.

Ao se analisar a História da Moeda no Brasil (PORTAL SÃO FRANCISCO) observamos que réis era o plural de Real, nome das unidades monetárias de Portugal e do Brasil, sendo utilizada desde o período colonial até o advento de moedas substitutas.

²⁸ Os demais funcionários e professores das Escolas Normais do interior têm vencimentos iguais àqueles dos professores da Capital.

A expressão “conto de réis” era adotada no Brasil e em Portugal para indicar um milhão de réis, sendo que um conto de réis correspondia a mil vezes a importância de um mil-réis e grafava-se da seguinte maneira:

Um conto de réis = 1:000\$000 ou R\$ 1,000000 representando um milhão de réis, (sendo o real 1/1.000.000 de um conto-de-réis em representação matemática decimal atual), pois o réis tinha sua representação real-imperial em "milésimos-de-mil" contos-de-réis).

Portanto, um professor de escola de bairro ganhava 2:400\$000 (dois contos e quatrocentos mil réis, ou dois milhões e quatrocentos mil réis por ano) ou 200\$000 (duzentos mil réis por mês).

Isto parece ser uma grande quantia, mas, segundo a discussão aqui investigada, não era o suficiente para o professor viver com a dignidade que a profissão exigia.

O quadro acima foi produzido com dados colhidos na Consolidação das Leis e Decretos sobre o Ensino Normal e Primário do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1912). Os salários constantes são os mesmos que vigoravam em 1903, conforme o Artigo 294, p. 103 da Consolidação das Leis e Decretos sobre o Ensino Normal e Primário do Estado de São Paulo. “Os vencimentos dos professores em exercício na data em que entrou em vigor o decreto n. 1239 de trinta de 30 de setembro de 1904, enquanto não forem alterados, são os fixados na lei n. 896 de 30 de novembro de 1903”.

Para proceder à comparação tomaremos como base os vencimentos mensais e separaremos os professores em grupos por vencimentos iguais ou aproximados.

Assim temos:

1. Lentes catedráticos das Normais Secundárias com vencimentos iguais a 500\$000 mensais.
2. Lentes substitutos das Normais Secundárias com vencimentos iguais a 300\$000 mensais.
3. Professor contratado das Normais Secundárias com vencimentos iguais a 400\$000 mensais.
4. Professores das Escolas Normais Primárias/Antigas Complementares com vencimentos igual a 450\$000 mensais.
5. Professores de Grupo Escolar, de Escola Modelo, de Jardim de Infância e professores contratados das Normais primárias com vencimentos iguais a 291\$000 mensais.
6. Professores de escolas situadas em sedes de municípios com vencimentos iguais a 258\$000 mensais.
7. Professores de escola de bairro ou sede de distrito de paz com vencimentos iguais a 200\$000 mensais.

8. Professores de escolas ambulantes com vencimento iguais a 150\$ mensais.

É fácil perceber que os professores das Escolas Normais constituem uma elite privilegiada com salários bem superiores aos demais professores. Em seguida, temos os Professores de Grupo Escolar, de Escola Modelo, de Jardim de Infância e professores contratados das Escolas Normais primárias.

Os professores das escolas de bairro ou isoladas levavam uma vida mais sofrida, pois além de seus vencimentos serem iguais aos dos porteiros de Jardim de infância, menores do que os dos amanuenses, ainda tinham que arcar com o aluguel da sala de aula e demais custos operacionais das escolas sob suas regências.

Fazer parte da classe de professores do Grupo Escolar era o que almejava o professor iniciante, pois além de ganharem melhores salários, não pagavam aluguel e nem arcavam com os custos das escolas.

Não é difícil imaginar porque os inspetores do ensino tinham uma preocupação com a situação dos professores isolados, propondo uma modificação na lei de carreira para que quando eles completassem o tempo para conseguir a remoção para os grupos escolares, passassem a receber salário igual aos dos professores de escolas situadas em sedes de municípios sem pedir a remoção. Esta proposta tinha a finalidade de além de melhorar as condições de trabalho dos professores das isoladas, melhorar também o nível desse tipo de escola tão importante para a difusão do ensino primário no Estado de São Paulo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que deflagrou a luta (ANEXO A) da Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo em busca de melhores condições de trabalho e recuperações de suas perdas salariais foi o entendimento de que os interesses partidários mal inspirados afrontavam quotidianamente o professorado, prejudicando-os com relação aos seus direitos adquiridos, lançando sobre eles um assombro crescente e o medo de que a lei não mais lhes asseguraria proteção e sombra por conta das ações desastrosas dos legisladores.

É uma luta que vem acompanhada de um sentimento nostálgico. Quando o período áureo perde sua luminosidade isto provoca uma situação ruim e coloca o professorado diante da eminência de um futuro incerto.

O convite para a luta vem acompanhado de uma palavra de ordem: “À minha ocupação dedico todo o meu amor”. Além de se pronunciar palavras de ânimo aos professores apresenta-se o que seria o modelo de conduta ideal para que se mantenha a reputação da classe.

Procuramos evidenciar como esse grupo de profissionais se articulou por meio dos artigos veiculados nos periódicos tentando defender seus direitos. Impregnados pela crença de que a educação era um instrumento para efetuar o progresso da República, gerou-se uma concepção da profissão docente como profissão elevada.

Alegavam que o assunto relativo à legislação escolar, que para eles era também um assunto elevado, deveria ser discutido somente por quem dele entendesse, e foi justamente de posse dessa concepção que os articulistas da *Revista de Ensino* elaboraram seus discursos. A crença de que educar o povo era fundamental para o progresso da República produziu um conceito de profissão docente como profissão elevada e nobilitada pela posição social em que se encontrava o professor.

O pivô da discussão eram as más condições a que os professores estavam submetidos, mas a mesma vinha atravessada pela questão das perdas salariais e do medo de que os profissionais mais competentes se afastassem buscando em outras carreiras melhores compensações para o produto de sua inteligência e de sua atividade. Esse argumento era utilizado na tentativa de mostrar que a questão não era pecuniária, mas que expressava a preocupação com a manutenção da qualidade do ensino.

A discussão é uma tentativa de convencer o governo da necessidade de melhoria de condições de trabalho dos professores, ressaltando que é preciso rodeá-los de garantias de ordem moral e material.

Observa-se a existência de um discurso único e o entendimento de que nobilitar o professor importa o reconhecimento de seu elevado papel social.

Embora não possamos minimizar a ação dos articulistas que se manifestaram por meio da *Revista de Ensino* em defesa dos direitos adquiridos dos professores também não podemos dizer que isso se deu de forma organizada. Podemos dizer, contudo, que as formulações das discussões se dão em torno das mesmas questões e que não obstante o fato de termos uma gama de autores diversificados pode-se falar na existência de um discurso único. Discurso esse que é mais intenso na *Revista de Ensino* no período entre 1902 e 1905 e menos intenso entre 1905 e 1908.

Não há divergência de opiniões entre os articulistas da *Revista de Ensino* e nem entre os discursos veiculados na *Revista de Ensino* e nos *Anuários*, mas nota-se uma diferença determinada pelo lugar de fala dos autores. Na *Revista de Ensino* o discurso tem um tom mais agressivo enquanto que nos *Anuários* o discurso tem um tom mais sugestivo. Isto se justifica pelo fato de que a Associação Beneficente usava a *Revista* como trombeta que anunciava a luta enquanto que os *Anuários*, além de outras funções, deveriam sugerir ao Estado as modificações necessárias para o bom andamento da Instrução Pública.

Evidentemente este trabalho traz mais questões do que respostas e que não se pôde e nem pretendemos esgotar por meio dele o assunto. Nosso objetivo, contudo, foi de contribuir com a História e Historiografia da Educação e estimular para que surjam novos trabalhos no bojo dessa questão.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1907-1908.

_____. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1908-1909.

_____. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1909-1910.

_____. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1910-1911.

_____. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1911-1912.

_____. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1913.

_____. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1914.

_____. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1915.

_____. São Paulo: Diretoria Geral da Instrução Pública, 1917.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira:** introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1958. v. 3.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares:** saberes e práticas educativas. São Paulo: Cortez, 2007.

BICCAS, Maurilane Souza. **O impresso como estratégia de formação de professores(as) e de conformação do campo pedagógico em Minas Gerais:** o caso da Revista do Ensino (1925-1940). 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A escola e a República e outros ensaios.** Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

_____. Uma biblioteca pedagógica francesa para a Escola Normal de São Paulo (1882): livros de formação profissional e circulação de modelos culturais. In: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (Org.). **Culturas escolares:** saberes e práticas educativas. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Circulação de modelos pedagógicos na imprensa educacional paulista nas primeiras décadas do século XX. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7., 2008, Porto. **Livro de resumos...** Porto: Editora do Porto, 2008. p. 226-227.

CARVALHO, Marta Maria Chagas; BICCAS, Maurilane Souza. Reforma escolar e práticas de leitura de professores. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas; VIDAL, Diana Gonçalves

(Orgs.). **Biblioteca e formação docente: percursos de leitura**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 63-91.

CARVALHO, Marta Maria Chagas; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. Reforma escolar, pedagogia da escola nova e usos do impresso. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 7, p. 71-92, 2000.

CATANI, Denice Bárbara. **Educadores à meia-luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escritura, 1997.

CATANI, Denice Bárbara; LIMA, Ana Laura Godinho. Vigilância e controle: os anuários do ensino do Estado de São Paulo e história do trabalho docente no Brasil (1907-1937). In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escritura, 1997.

CATANI, Denice Bárbara; VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário S. Genta. O movimento dos professores e a organização da categoria profissional: estudo a partir da imprensa periódica educacional. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escritura, 1997.

CASPARD, Pierre; CASPARD, Penélope. Imprensa pedagógica e formação contínua de professores primários (1815-1939). In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escritura, 1997.

CHARTIER, Roger. **El mundo como representación: estudios sobre historia cultural**. Barcelona: Gedisa, 1996.

CHARTIER, Anne-Marie. Escolas, culturas e saberes. In: XAVIER, Libânia Nassif et al. (Orgs.). **Escola, cultura e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

DANTAS, Andréa Lopes. **A urdidura da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nos bastidores do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

HISTÓRIA da Moeda no Brasil. Disponível em:
<<http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/história-história-da-moeda-no-br>>. Acesso em: 31 jul. 2009.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MARGOTTO, Lílían Rose. **A psicologia chega à escola: o saber psicológico nos periódicos educacionais (São Paulo 1890-1930)**. 2000. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, Instituto Fernand Braudel, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)**. São Paulo: EDUSP, FAPESP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.

NERY, Ana Clara Bortoleto. **A Revista Escolar e o movimento de renovação educacional em São Paulo (1925-1927)**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1994.

NÓVOA, António et al. A imprensa de educação e ensino. In: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escritura, 1997.

PORTAL SÃO FRANCISCO. Colégio São Francisco. Pesquisa online. História do Brasil. **História da Moeda no Brasil**. Disponível em: <<http://www.colegiosaofrancisco.com.br/alfa/historia-da-moeda-no-brasil/historia-da-moeda-no-brasil1.php>> Acesso em: 31 jul. 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

REIS FILHO, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal: origens da escola pública paulista**. Campinas: Autores Associados, 1995.

REVISTA DE ENSINO. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano I, n. 1, 1902a.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano I, n. 3, 1902b.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano I, n. 4, 1902c.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano I, n. 5, 1902d.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano I, n. 6, 1903a.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano II, n. 1, 1903b.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano II, n. 2, 1903c.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano II, n. 3, 1903d.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano II, n. 4, 1903e.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano II, n. 5, 1904a.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano II, n. 6, 1904b.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano III, n. 1, 1904c.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano III, n. 3, 1904d.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano III, n. 4, 1904e.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano III, n. 5, 1904f.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano III, n. 6, 1904g.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano IV, n. 1, 1905a.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano IV, n. 2, 1905b.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano IV, n. 3, 1905c.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano IV, n. 4, 1905d.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano IV, n. 5, 1906a.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano IV, n. 6, 1906b.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano V, n. 1, 1906c.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano VI, n. 4, 1907.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano VIII, n. 1, 1909a.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano VIII, n. 2, 1909b.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano X, n. 1, 1911a.

_____. São Paulo: Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo, ano X, n. 2, 1911b.

ROCCO, Salvador (Org.). **Poliantéia comemorativa: 1846-1946**, primeiro centenário do ensino normal de São Paulo. São Paulo: Gráfica Bréscia, 1946.

RODRIGUES, João Lourenço. **Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Instituto D. Anna Rosa, 1930.

SÃO PAULO. **Consolidação das leis, decretos e decisões referentes ao Ensino Primário e às Escolas Normas do Estado**. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1912.

SILVA, Ilíada Pires. **Associação Beneficente do Professorado Público do Estado de São Paulo: a constituição de um perfil sócio-cultural docente**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima. **Templos de civilização: a implantação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo (1890-1910)**. 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. Espaço da educação e civilização: origem dos Grupos Escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: FLC – UNESP, 1998.

TANURI, Leonor Maria. **O ensino normal no Estado de São Paulo (1890-1930)**. São Paulo: FEUSP, 1979. (Coleção estudos e documentos)

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Coleção atualidades pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VALDEMARIM, Vera Teresa. **Estudando as lições de coisas:** análise dos fundamentos do ensino intuitivo. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. 4. ed. **A pesquisa em história.** São Paulo: Ática, 2002.

VILELA, Marize Carvalho. **Discursos, cursos e recursos:** autores da Revista Educação (1927-1961). 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

VIÑAO FRAGO, António. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas:** continuidades y cambios. Madri: Morata, 2003.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Artigo de Antonio Rodrigues Alves Pereira publicado na Revista de Ensino nº. 1, ano I, 1902, p.19.....	74
Anexo B - Parte do Relatório do Professor Arthur Breves apresentado à assembléia geral no ano de 1905 e publicado na Revista de Ensino nº. 4, ano IV, de 1906.....	78
Anexo C - Artigo de Gabriel Ortiz publicado na Revista de Ensino nº 6, ano III, p. 513, 1904.....	82
Anexo D - Capa do primeiro número da Revista de Ensino.....	85
Anexo E - Capa do primeiro número do Anuário do Ensino.....	86

Anexo A - Artigo de Antonio Rodrigues Alves Pereira publicado na Revista de Ensino nº. 1, ano I, 1902, p.19.

Garantias ao professorado

Em seu bem elaborado relatório do último anno, o nosso distincto amigo e collega, E. Arantes, consagrou um capitulo a este importante assumpto, salientando a necessidade de rodear o professorado publico da maior somma de garantias, afim de que a carreira magisterial attrahisse as melhores aptidões.

Essa preocupação chamou sempre a attenção dos poderes publicos, e os antigos regulamentos consagravam em suas disposições, aos professores, certas regalias que os punham ao abrigo das imposições dos mandões politicos, uma vez que não se affastarem do cumprimento de seus deveres.

Muitas dessas disposições têm, de envolta com o *fumo* do progresso da instrucção publica, se evulado, deixando margem a perseguições aos professores que não se querem sujeitar ao despotismo de cabos politicos intransigentes, e que são, algumas vezes, *mais realistas do que o rei*.

Até bem pouco, as demissões entre o professorado effectivo só se podiam realizar, mediante processo disciplinar e em casos previstos por lei.

Com effecto, ainda hoje o professorado em exercicio nas escolas isoladas goza dessa vantagem que, a nosso ver, compensa sobremodo a ausencia de outras regalias que são privativas aos professores em exercicio nos grupos e escolas modelo.

A regulamentação da lei n. 88 foi o primeiro ataque dado ás nossas regalias, porque em muitas das disposições se ferem direitos adquiridos, se modifica o espirito da lei, principalmente nas partes em que a lei tinha em vista favorecer o professorado, creando,

ainda classificações absurdas, muito fóra da letra da lei e completamente em desaccordo com os principios de justiça e de equidade, as quaes siquer passaram pelo espirito do legislador.

E si a lei n. 88 foi mal regulamentada, peor ainda foi executada.

As nossas garantias foram sendo pouco a pouco despresadas, até que o Regulamento de 11 de Janeiro de 1898 vem consagrar ao governo a faculdade de dispensar os professores de grupo, independente de qualquer formalidade, apezar de disposições legaes anteriores, em contrario.

Comprehende-se desde logo quanto é dura essa disposição, principalmente si se attender que as imposições politicas saltam por cima de todas as conveniencias, e que, si a lei não estabelece um freio que de alguma fórma cobiba injustiças palpaveis, a nossa classe será dentro em pouco juguete dos mais disparatados caprichos da politica de campanario que, infelizmente, impera em grande parte dos municipios do nosso Estado.

O resultado de similhante anomalia é de facil previsão—o afastamento do pessoal mais competente, que buscará em outras carreiras melhor compensação para o producto de sua intelligencia e de sua actividade.

E' admiravel que a defeza de direitos adquiridos entre nós é levantada todas as vezes em que elles são feridos, prejudicando outros funcionarios; entretanto, nenhum protesto publico foi levantado contra o artigo 56 que, combinado com o art. 65 do Regulamento de 11 de Janeiro, é um ataque directo aos direitos dos professores, exarados no art. 519 do Regulamento de 27 de Novembro de 1893 e em disposições anteriores.

E' certo, entretanto, o pouco interesse que em geral se toma pelas regalias e bem estar do professorado.

E' inexplicavel, mas é verdade!

Quando, depois da proclamação da Republica, o desenvolvimento do nosso paiz produziu alterações no valor monetario de

todos os productos, houve naturalmente um movimento a favor do augmento do valor monetario do trabalho, e então, todos os funcionarios publicos, do mesmo modo que as outras classes trabalhadoras, tiveram augmento em seus vencimentos.

No nosso Estado, porém, os ultimos lembrados para esse augmento foram exactamente os professores e para estes as elevações foram graduaes, de modo que só tiveram os honorarios que hoje na média percebem, quando não havia mais amanuense de repartição que ganhasse menos. E' ainda infelizmente certo que ha actualmente professores estaduaes percebendo ordenado inferior ao de amanuenses de secretaria.

Entretanto, quando a baixa do nosso principal producto agricola determinou ao Estado uma epocha de economias, um dos primeiros projectos que appareceram no Congresso, tendentes a esse fim, visou precisamente ao córte nos vencimentos do professorado!

Por excepcional felicidade, o Congresso teve a lúcida orientação de não tomar conhecimento desse trabalho que, a ser approvado, viria lançar o desgosto na nossa classe, produzindo prejuizos á instrucção popular.

Não é nosso fim, no presente artigo, tratar dos interesses pecuniarios da nossa classe, e si o fosse, iriamos demonstrar que os vencimentos actualmente percebidos pela maioria do professorado, é insufficiente para a manutenção decente de suas familias.

Deixamos, por isso, de lado este assumpto, sobre que já tivemos occasião de falar nos relatorios que como inspector escolar apresentámos ao Governo, em 1899 e 1900.

O nosso *desideratum*, escrevendo as presentes linhas, é dar o signal de alarma contra a tendencia bastante pronunciada de se ferirem as regalias de que sempre gosou o professorado publico, e incitar os collegas a reunirem os esforços afim de que a nossa classe encontre na lei garantias contra certas eventualidades, de modo que seja ella um fóco capaz de attrahir as melhores aptidões, elevando-se cada vez mais no conceito publico e prestando á Patria o

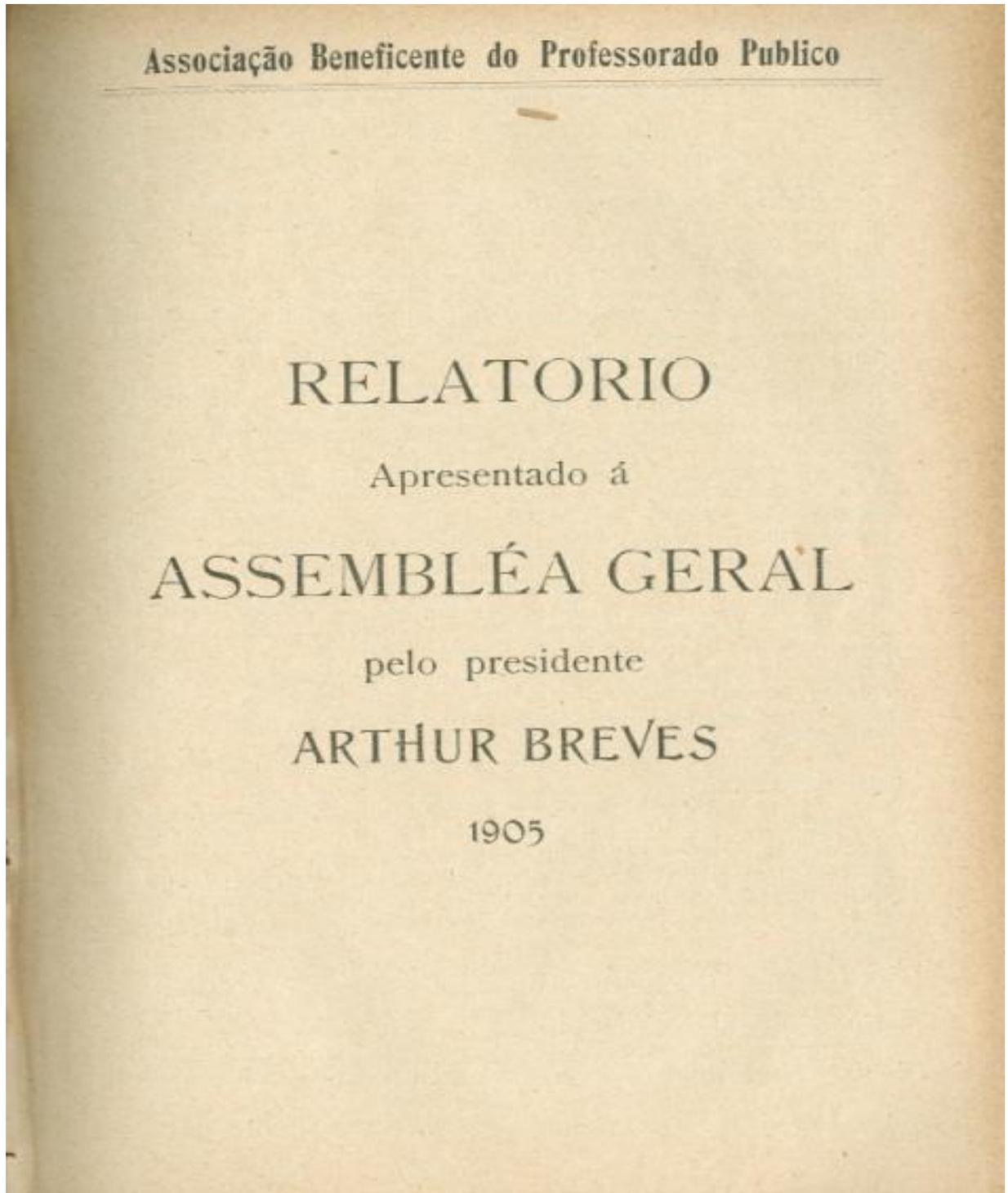
ao nosso Estado os serviços que lhe competem e que visam a formação dos futuros cidadãos.

É preciso que o professorado cumpridor de seus deveres possa desempenhar sua missão desassombradamente, protegido pelos poderes publicos, á sombra da lei, contra os ataques do obscurantismo e dos interesses partidarios, e para isso levemos unidos, aos poderes competentes, as nossas reclamações, servindo-nos da palavra e da imprensa.

Iniciemos a lucta com calma, desapaixonadamente, que o triumpho será nosso, pois a nossa causa é a do bem e a da justiça, e nós teremos, por isso, o apoio de todos os bons cidadãos e de todos os patriotas sinceros.

ALVES PEREIRA.

Anexo B - Parte do Relatório do Professor Arthur Breves apresentado à assembléa geral no ano de 1905 e publicado na Revista de Ensino nº. 4, ano IV, de 1906.



Condições economicas do professorado

O relatório que vos apresentei o anno passado, deu origem a uma série de artigos escriptos em secção editorial do *Correio Paulistano*.

Pretendendo combater o que disse sobre a redução dos 15 %^o, emittiu o articulista as seguintes proposições :

« Além do mais, importa considerar que nos côrtes orçamentarios reclamados pelas condições financeiras do Estado, o professorado publico foi, das classes que soffreram reduções, a mais bem sorteada de todas, pelos seguintes motivos : primeiro, a redução para ella consistiu em quinze por cento, quando outros funcionarios foram prejudicados em redução maior e alguns em trinta e tres por cento, isto é, mais do dobro ; segundo, porque esses quinze por cento não têm, como nos outros vencimentos da burocracia, caracter permanente. É um imposto transitorio, occasional, que a qualquer momento pode ser levantado, ao passo que as outras reduções, inclusive a dos membros do Congresso Legislativo, que votaram a lei, têm caracter absoluto e definitivo.

É sabido que, quando se estudava ainda a materia e quasi nas vespéras de ser votada a lei, o funcionalismo publico do Estado quebrou lanças para que a porcentagem lhe fosse tirada sob fórma de imposto.

Não o conseguiu.

O Congresso e o governo, deliberados a não cederem uma linha na defeza dos interesses da communhão, aproveitaram o ensejo para consolidar de uma vez a situação do Thesouro, exigindo de todos um pequeno sacrificio em prol do bem geral. Abriu-se uma excepção em favor dos professores, e foram elles os unicos que tiveram imposto em lugar de redução definitiva. (*Correio Paulistano*, 24 de Janeiro de 1905).

Deduz-se daqui :

1) Que os 15 %^o que estão sendo tirados dos vencimentos dos professores, constituem um imposto.

2) Que esse imposto é transitorio e quando menos se esperar, será levantado.

Mas imposto de que ? — De industria ? De profissão ? Sobre rendas *alimentares* ? Sobre salarios que o Estado paga aos professores, pelos serviços que lhe prestam ?

Mas, acceitemos que a redução de 15 %^o é uma quota com que os professores contribuem para as despesas geraes do Estado, isto é, um imposto. Neste caso já devia ter sido revogada a disposição de lei que o creou, porque é uma injustiça clamorosa e um contrasenso que as despesas que aproveitam á instrucção popular sejam pagas, em parte ou na totalidade, pelos professores publicos.

por meio de um imposto muito mais elevado do que, em geral, qualquer cidadão paga, como seria injusto que as despesas com os serviços da Justiça ou com os da Hygiene fossem feitas por meio de contribuições impostas aos advogados ou aos medicos.

O que sobretudo caracteriza o imposto é ser igual para todos.

« Em equidade, cada cidadão deve contribuir para as despesas na proporção dos serviços que lhe presta o Estado e da influencia que exerce sobre a conducta do governo. A maior parte dos serviços novos do Estado, educação, assistencia, hygiene, etc. são muito mais para uso e gozo das classes mais numerosas e menos ricas da nação do que para as mais elevadas. » (L. Beaulieu, *Economia Politica*).

Ora, quem aproveita os beneficios proporcionados pela instrução popular são os que educam seus filhos em escolas publicas; é o povo, em geral, cuja liberdade e bem estar augmentam à medida que se generalisam por todas as classes os conhecimentos que lhes são imprescindiveis.

Logo, si o Congresso decretou um imposto sobre vencimentos de professores, na mesma proporção devia exigir certa quota aos que contribuem para as despesas geraes do Estado.

Dirão que a necessidade de economia foi o exclusivo motivo da redução.

Nós, porém, responderemos com as palavras de Macauley quando, na camara dos commons, sustentava um credito pedido para desenvolvimento das instituições escolares: « Si encararmos este assumpto sob o infimo ponto de vista; si considerarmos o ente humano unicamente como um productor de riqueza, a differença entre uma população intelligente e uma população estúpida, avaliada em libras, shillings e pence, excede cem vezes a somma solicitada. »

E assim responderemos, porque a economia feita à custa do trabalho dos professores, que mal ganham para a propria subsistencia, reverte em prejuizo do povo.

A verdade é que, para o particular, como para o governo, a economia não consiste em reduzir despesas productivas. O individuo que, para economisar, supponhamos, o que despense com aluguel de casa, dorme em um pequeno quarto, respirando o mesmo ar que mais tres ou quatro pessoas aspiram e viciam, suicida-se lentamente e, antes de morrer, gastará com o medico e a pharmacia o triplo ou o quadruplo do que accumulou.

Aos governos que fazem economia sacrificando a instrução do povo, acontece o que temos observado com a França, em 1870, e actualmente com a Russia.

Affirmar, além disso, que um imposto é transitorio não passa de uma banalidade cujo fim unico é embahir os professores, contando com a sua boa fé.

Imposto transitorio é o que dura pouco tempo; mas os annos vão decorrendo e os 15 % vão sendo descontados. Daqui a dez ou

vinte annos ainda poderão responder ao professorado que o imposto é *transitorio*.

A redução *absoluta e definitiva* dos subsidios e dos vencimentos dos outros funcionarios já terá terminado a sua missão economica e os vencimentos dos professores poderão ficar no regimen transitorio.

Acreditando, porém, que o imposto de 15 % era mesmo transitorio, cento e tantos professores da capital dirigiram ao Congresso uma representação em que pediam o restabelecimento dos vencimentos que tinham antes do desconto, pois eram folgadas, na opinião de coripheus da situação dominante, as condições financeiras do Thesouro.

A solução foi esta : « Archive-se. »

Do que temos exposto se conclue que os professores pagam os impostos a que todos estão sujeitos e mais :

1) Os isolados, o aluguel da sala em que funcionam as aulas e os 15 %.

2) Os dos grupos, além deste imposto, as reduções definitivas que a cada passo decretam. Assim, depois do desconto alludido, o Congresso, pela ultima lei que reformou a instrucção publica, reduziu ainda mais os vencimentos de todos os professores.

Como se vê, as condições economicas do professorado têm se aggravado dia a dia e hão de tornar-se peiores, si elle ficar esperando que os secretarios do interior, ou individuos extranhos à classe, delle se compadeçam.

A despeito do que acabo de referir, eu vos pedirei mais um sacrificio — instituir um premio para o club de regatas que conseguir melhora de vencimentos. No dia da festa, a creançada ha de ser a parte decorativa.

Anexo C - Artigo de Gabriel Ortiz publicado na Revista de Ensino nº. 6, ano III, p. 513, 1904.

futuro terão que decantar somente o que fôr verdadeiro, edificante, em uma palavra tudo que trouxer proveitos ao homem. E os poetas deverão ser então physiologistas com Zola, ou psychologistas com Flaubert; ninguém escreverá mais versos eroticos, sob pena de não ser lido. O poeta deve ser também um mestre que aos seus leitores alguma coisa ensine, porque tudo é progresso, tudo é evolução no Universo; e hoje a forma e a inspiração da poesia antiga já nos não convem. Só um phenomeno constituirá assumpto sempre novo para os poetas. A morte! o aniquilamento de todas as cellulas animaes e inercia vital!

Com a chegada della porém, cessa a função da vida objectiva ou presente e começa a vida subjectiva que perdura na consciencia dos vivos.

Os actos do extincto determinam o maior ou o menor realce ou, quiçá, o completo olvido daquelle que desapareceu do theatro da vida.

O professor Romão Puiggari, pertence ao numero daquelles que merecem todas as honras que soem ser conferidos aos eleitos da vida subjectiva.

E' credor de toda nossa estima e admiração porque, hespanhol de nascimento, elle soube prodigalizar á população de São Paulo o esforço de sua actividade, trabalhando em pról do ensino publico.

Pode-se mesmo dizer que, Puiggari, hespanhol, amou o Brazil como o melhor brasileiro, trabalhando no magisterio paulista.

Companheiro de Arnaldo Barreto, nas lides da literatura pedagogica escreveu, observando diversos methodos, obras didacticas que são adoptadas nos nossos grupos e escolas isoladas, porque revelam, no genero, muita erudição por parte do seu auctor.

Traduzindo algumas poesias do *Cuore*, de Amicis, o morto revelou também muita admiração pelas boas obras da literatura educativa.

No exercicio de suas funcções, isto é, no Grupo Escolar do Braz, aquelle mestre soube imprimir uma boa direcção áquelle estabelecimento, quando a morte veio sorprendel-o, arrebatando-o, não só de junto dos seus auxiliares e alumnos, como também, aos braços de sua estremecida familia.

O professorado de São Paulo seute conscienciosamente a morte de tão distincto professor, merecedor de todas as honras da vida subjectiva.

SATURNINO BARBOZA.

A REVISTA

Feveiro de 1905

Ha tres annos que a REVISTA DE ENSINO surgiu modestamente, reclamando um lugar na imprensa paulista, afim de, como organ da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DO PROFESSORADO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, terçar armas em defesa da modesta, porém nobre classe do preceptor paulista, tão ludibriada em seus direitos e garantias, nos amargurndos dias que atravessamos.

Não é, certamente, amplo o cyclo percorrido, mas observando-se hoje o estado de nossa instrucção e o do professor publico, nota-se que a acção modificadora da REVISTA não deixa de ser proveitosa.

Não queremos, todavia, dizer com isto que seja animadora a situação actual da classe. Mui pelo contrario; é ella precaria, mais do que nunca pejada de trevosos dias. Queremos dizer, e o afirmamos cheios de convicção, que a REVISTA concorreu muito para que a situação não seja, actualmente, mais dolorosa, e procurou, por todos os meios ao seu alcance, deter, na firme esperança de o conseguir, o *fabrigo* dessas leis (?) de arrocho, postas em execução para fins politicos, avassaladoras dos caracteres, accessiveis á ignorancia, oppressoras do lar, onde a corôa do martyrio ciuge cabeças encanecidas no serviço da instrucção, flagellando corações que temem pelo pão de amanhã, e pelos andrajos que ameaçam cobrir o corpo dos filhos...

Não declamamos; todos conhecem as consequencias da lei vigente sobre instrucção publica, posta em execução no dia 1.º de Janeiro — satânico presente de anno novo...

Não censuramos os poderes publicos; mas estamos na firme persuasão de que ainda não comprehenderam nossos sentimentos: a grita do professorado, pela REVISTA, visa tão sómente o respeito aos direitos adquiridos em leis anteriores, de modo a poder fazer da Instrucção Publica de São Paulo um pedestal seguro, sobre que repousem a moral e o civismo de nossos vindouros.

Não se pôde negar, por isso, que a REVISTA é um organo revolucionario, que tem por fim encaminhar os principios evolucionistas de modo a salvar a Instrucção Publica paulista da decadencia que a ameaça, e evitar o abastardamento dos preceptores da infancia, amesquinçados com leis (?) que visam a exploração politica e o rebaixamento do caracter, pela falta de garantias.

Todavia, não é a REVISTA DE ENSINO agente de discordia: é, pelo contrario, penhor de Ordem e de Paz. Quer oppôr, no terreno de ampla discussão, no limite do justo e do razoavel, nobremente, á luz meridiana, um paradeiro á invasão affrontosa de direitos augustos, adquiridos no labor fatigante e quotidiano de sagrado ministerio.

A esperança em um futuro melhor a incita a proseguir nessa rota, porque as leis (?) de compressão nem por isso, deixam de ser instaveis, como provisórias são todas as leis oriundas de legisladores imprevidentes, que desconhecem o meio para o qual legislam.

Dahi, a previsão da Revista: retempera atomos para martellar as massas.

Assim tem procedido, assim ha de, certamente, proceder; essa é a rota em que foi lançada pelas circumstancias: é um dos meios de que lança mão para defender a classe nestes dias tão obumbrados de nuvens negras.

Reconhecemos que tão profunda e radical transformação não será alcançada sem graves difficuldades:

a resistencia surgiu já e reaparecerá ainda mais forte porque, mau grado nosso, é preciso dizer a verdade, não menosprezando o respeito e a veneração de que são dignos os que se devotam ao culto da verdade: o inverso disto seria confundir a idolatria do poder com a religião dos principios, seria a submissão de escravos.

Não, diremos com José Bonifácio, não; um nobre pensamento nos une; o campo é vasto, os horizontes alargam-se; defendemos todos uma grande causa, sustentamos um grande principio; queremos viver e morrer por elle.

Fica assim justificada a posição da Revista, ao fundar seu 3.º anno de existencia. E' uma consequencia logica da situação anomala em que se acha a classe do preceptor paulista.

Julguem-na os homens de boa fé para os quaes appellamos; julguem-na as almas bem formadas, os corações sensiveis, os paes de nossos alumnos: razão, certamente, nos será dada.

**

A REVISTA DE ENSINO não é somente um organ dedicado á defesa do professorado. E' egualmente, um jornal pedagogico, um propugrador sincero da magna aspiração das nações cultas — a instrucção do povo.

Neste sentido, sua marcha, qual annel de Polycrates, será sempre ascendente, avolumada por novas ondas, que crescerão, seguindo seu curso, ora lento, ora agitado, depositando no leito do tempo os detritos e impurezas turbadoras,

para só conduzir ao futuro agua limpida, crystallina, penhor seguro de uma epoca proxima, promissoras de melhores dias.

Assim continue a auxiliá-la, com suas palavras benévolas, repassadas de animação, a imprensa, á qual enviamos, nestas modestas linhas, a expressão sincera de nossos agradecimentos e sympathias.

Ao dr. Bento Pereira Bueno, *alma mater* desta REVISTA; a Arnaldo Barreto, seu primeiro redactor, a ambos o sincero testemunho de nossa respeitosa admiração.

Ao professorado publico do Estado diremos: «O professor nos tempos modernos é o mais poderoso reformador social, e o agente mais fecundo da evolução de um povo. Por isso mesmo é que necessita de toda a independencia para agir e de toda a altivez para doutrinar.»

Si martyres houver nesta causa civilisadora e pacifica, bem digamol-os: é preciso ter fé; a classe ha de nobilitar-se pelo sacrificio de seus membros, vivendo quando elles vivem, para saber morrer quando elles morrerem.

GABRIEL ORTIZ

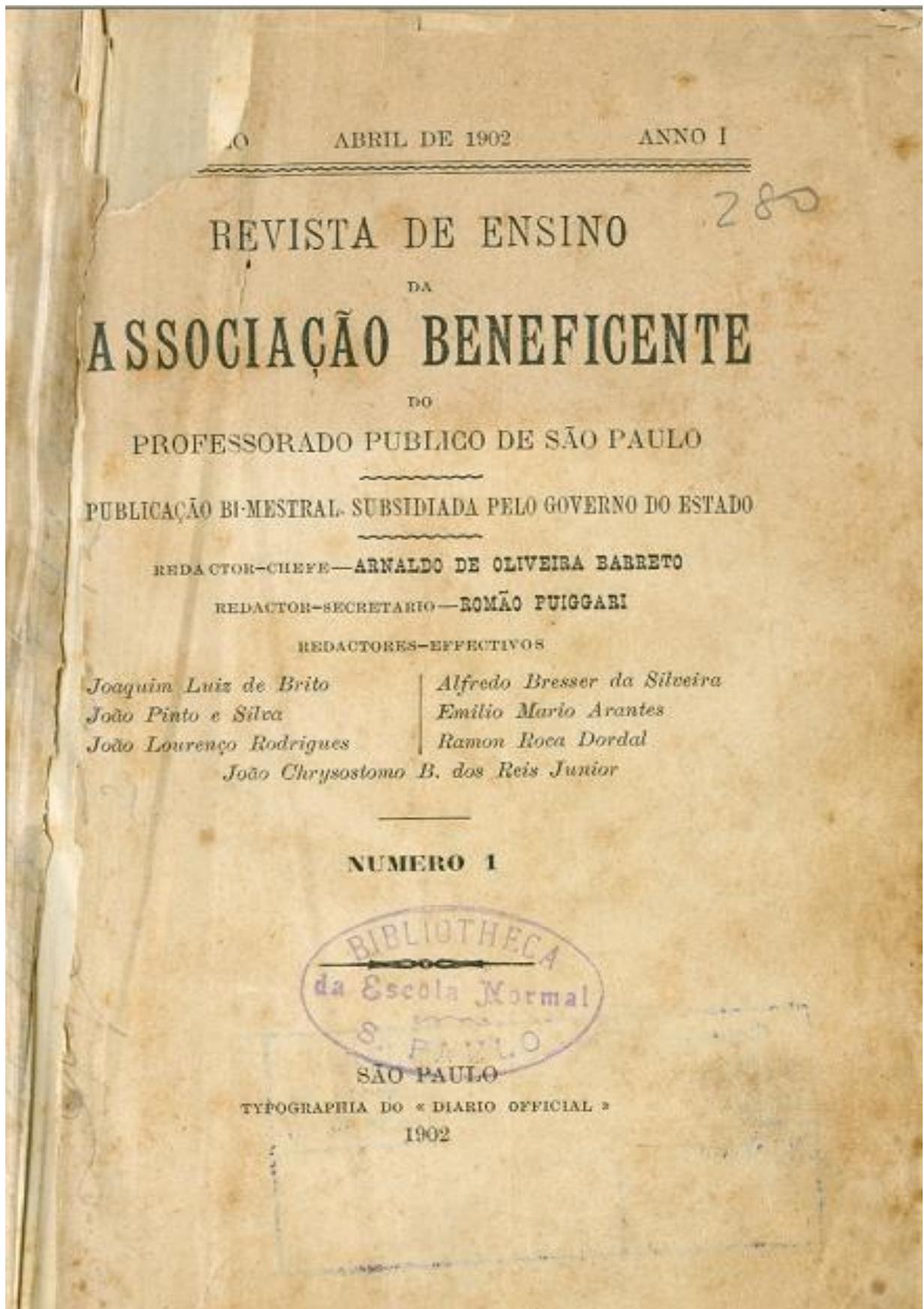
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE

DO

Professorado Publico

Emquanto esta Associação estiver sob os cuidados da actual directoria, ha de trilhar a senda que mais convem aos interesses do professorado e aos progressos da instrucção popular.

Anexo D – Capa do primeiro número da Revista de Ensino



Anexo E – Capa do primeiro número do Anuário do Ensino.

